

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO - CSE  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Gustavo Scalabrin Hübner

**A Rússia na Política Externa da Ditadura Civil-Militar e do Governo Bolsonaro:**  
Um olhar pela Teoria Crítica das Relações Internacionais

Florianópolis

2024

Gustavo Scalabrin Hübner

**A Rússia na Política Externa da Ditadura Civil-Militar e do Governo Bolsonaro:**  
Um olhar pela Teoria Crítica das Relações Internacionais

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Clarissa Franzoi Dri

Florianópolis

2024

Scalabrin Hübner, Gustavo

A Rússia na Política Externa da Ditadura Civil-Militar e do Governo Bolsonaro : Um olhar pela Teoria Crítica das Relações Internacionais / Gustavo Scalabrin Hübner ; orientadora, Clarissa Franzoi Dri, 2024.

86 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Relações Brasil-Rússia. 3. Regime Militar. 4. Governo Bolsonaro. 5. Teoria Crítica das Relações Internacionais. I. Franzoi Dri, Clarissa . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Gustavo Scalabrin Hübner

**A Rússia na Política Externa da Ditadura Civil-Militar: Um olhar pela Teoria Crítica das Relações Internacionais**

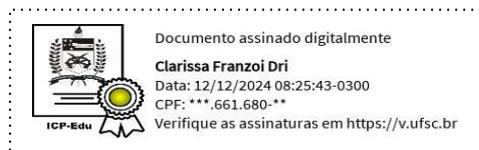
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso Bacharel em Relações Internacionais

Local Florianópolis, 4 de dezembro 2024.

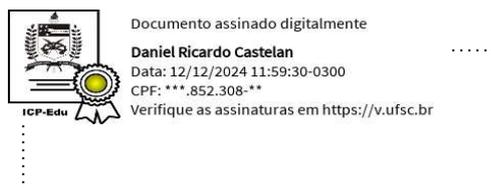


Coordenação do Curso

**Banca examinadora**

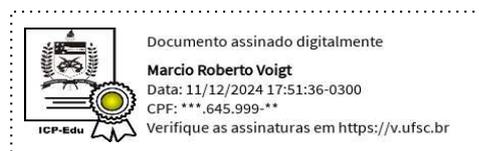


Prof.(a) Dr.(a) Clarissa Franzoi Dri (Orientadora)



Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2024.



## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus pais, Maria Aparecida e Jonathas, por toda a dedicação e esforço que tiveram em minha criação. Saúdo minhas tias Vitória, Cristina, Núbia e Mariza assim como meus tios Paulo e Valério e minha avó Irani por sua preocupação com meu bem-estar nas distantes terras de Santa Catarina. Sou especialmente grato ao meu irmão Otávio, por toda a parceria intelectual e por cada visita à Florianópolis que realizou.

Agradeço à minha orientadora, Professora Clarissa Franzoi Dri, que com tanta paciência e humanidade orientou este trabalho. Desde o primeiro semestre, aguardei ansiosamente pelas aulas de Política Externa, que a meu ver, deveriam ser o ponto fulcral do curso de Relações Internacionais. Foi nessa temática que descobri meu interesse e no qual juntos pensamos essa monografia. Expresso minha gratidão também à Poliana, aluna do departamento de pós-graduação pelo valioso material compartilhado.

Sou grato aos meus professores Olga, Vladimir e Anastacia que me mostraram o caminho do idioma de Dostoievski, sem o domínio da qual parte deste trabalho estaria comprometido. Nesta mesma seara, gostaria louvar os servidores da *Russian State University for the Humanities*, que tão gentilmente me acolheram por seis meses em Moscou, na experiência mais enriquecedora que já tive na minha vida. Relembro especialmente o carinho que a Sr<sup>a</sup> Lyudmila N. Senchenko teve por mim. Ademais, minha experiência não seria possível sem a dedicação dos técnicos e servidores da UFSC, especialmente do SINTER e da Biblioteca Universitária, minha segunda casa durante a graduação.

Obrigado a todos os amigos que fiz pelo caminho nesta graduação, especialmente aos meus colegas de moradia João, Débora e Rafael por me aguentarem no dia a dia. Agradeço também ao Bernardo por ter introduzido na minha vida a Haia, gata de estimação cuja presença me alegrou e me acalmou nos momentos de tensão. Agradeço também ao UFSCMUN pelas divertidíssimas e inesquecíveis simulações, espero que cada nova edição seja maior que a anterior.

Ao meu companheiro, Vitor, por todo o carinho, paciência e dedicação, por acalmar os turbilhões da minha mente e me inspirar a ser sempre uma pessoa melhor.

“Não esqueçamos que os motivos das ações humanas, em geral, são incalculavelmente mais complexos e variados que as explicações que depois tentamos dar a eles e raramente chegam a se definir.” (Dostoiévski, 2022).

## RESUMO

As relações entre a República Federativa do Brasil e a Federação Russa são um tema amplamente discutido pela academia especializada, mas ainda pouco conhecido pelo público em geral. Este trabalho pretende tratar do desenvolvimento das Relações da Ditadura Civil-Militar Brasileira com a União Soviética (1964 -1985) e as Relações Brasil-Rússia durante o mandato de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), tais recortes temporais são considerados como rupturas políticas em relação aos padrões políticos que os precederam, representando momento de ascensão da extrema-direita. Partindo-se de uma perspectiva brasileira e utilizando-se como instrumental a Teoria Crítica das Relações Internacionais, discute-se os contextos históricos nos quais estas relações estão inseridas, assim como são analisadas a suas ideias, capacidades materiais e instituições inerentes. Conclui-se que apesar do discurso polarizado do anticomunismo e do antiglobalismo, as relações enfocadas pouco foram por estes afetadas, prevalecendo o pragmatismo associado aos interesses econômicos das elites que delas se beneficiam em um cenário geral favorável atualmente à Rússia.

**Palavras-chave:** Relações Brasil-Rússia; Regime Militar; Bolsonaro; Teoria Crítica.

## ABSTRACT

The relations between the Federative Republic of Brazil and the Russian Federation are a topic widely discussed in academic circles but still relatively unknown to the general public. This work aims to address the development of the relations between the Brazilian Civil-Military Dictatorship and the Soviet Union (1964-1985), as well as the Brazil-Russia relations during the presidency of Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). These timeframes are considered political ruptures in relation to the political patterns that preceded them, marking moments of far-right ascendance. From a Brazilian perspective and utilizing the Critical Theory of International Relations as a framework, this study examines the historical contexts in which these relations are embedded, as well as analyzes the underlying ideas, material capabilities, and institutions. It concludes that despite the polarized rhetoric of anti-communism and anti-globalism, the relations in focus were minimally affected by these discourses, with pragmatism linked to the economic interests of the elites prevailing in a global scenario currently favorable to Russia.

**Keywords:** Brazilian-Russian Relations; Brazilian Civil-Military Regime; Bolsonaro; Critical Theory.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Primeira correção teórica .....	20
Figura 2 - Segunda correlação teórica. ....	22

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Valor total FOB do comércio Brasil-Rússia 2012 - 2023 .....	66
---	----

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Principais itens exportados para a Rússia 2019 e 2022.....	67
Tabela 2 – Principais itens importados da Rússia entre 2019 e 2022.....	68

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
BM	Banco Mundial
CAN	Comissão Russo-Brasileira de Alto Nível de Cooperação
CESP	Companhia Elétricas de São Paulo
CIC	Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica Científica e Tecnológica
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COMECON	Conselho para Assistência Econômica Mútua
COLESTE	Grupo de Coordenação de Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental /Comissão de Comércio com a Europa Oriental
ESG	Escola Superior de Guerra
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBC	Instituto Brasileiro do Café
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Internacional do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEB	Política Externa Brasileira
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 A ABORDAGEM COXIANA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....</b>	<b>17</b>
2.1 A TEORIA CRÍTICA.....	17
2.2 O FASCISMO EM COX.....	23
<b>3. A DITADURA CIVIL-MILITAR E A UNIÃO SOVIÉTICA.....</b>	<b>25</b>
3.1 CONTEXTO INTERNACIONAL: GUERRA FRIA E GOLPE CIVIL-MILITAR .....	25
3.2 ANTECEDENTES: CONTATO INICIAL E DESCONTINUIDADES .....	28
3.3 IDEIAS: ANTICOMUNISMO, DESENVOLVIMENTISMO E NÃO ROMPIMENTO COM A URSS .....	29
3.4 CAPACIDADES MATERIAIS: COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-URSS .....	38
3.5 INSTITUIÇÕES NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES BRASIL-URSS .....	42
3.6. CONCLUSÕES PRELIMINARES .....	45
<b>4 GOVERNO BOLSONARO E AS RELAÇÕES COM A FEDERAÇÃO RUSSA .....</b>	<b>47</b>
4.1 CONTEXTO INTERNACIONAL: O PÓS-GUERRA FRIA E A NOVA DIREITA ...	47
4.2 ANTECEDENTES BRASIL-RÚSSIA: AFASTAMENTO E REAPROXIMAÇÃO ...	50
4.3. GOVERNO BOLSONARO .....	53
<b>4.3.1 Ideias: antiglobalismo, perspectiva russa e retorno ao pragmatismo.....</b>	<b>53</b>
<b>4.3.2 Capacidades Materiais: Comércio Bilateral Brasil-Rússia .....</b>	<b>65</b>
<b>4.3.3 Instituições no âmbito das Relações Brasil-Rússia.....</b>	<b>69</b>
4.4 CONCLUSÕES PRELIMINARES .....	73
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As Relações entre a República Federativa do Brasil e a Federação Russa estendem-se por quase dois séculos, sendo estes marcados por períodos de maior aproximação contrastados por rompimentos relacionados às políticas internas de cada país, assim como por eventos e tendências de escala global. Definitivamente restabelecidas em 1961 com a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as relações seriam novamente postas à prova pela ruptura política e institucional representada pelo Golpe Civil-Militar de 1964.

No contexto bipolar da Guerra Fria, o novo regime autoritário, apesar de reprimir internamente a esquerda política e alinhar-se com o hegemom ocidental representado pelos Estados Unidos da América (EUA), não interrompeu novamente o contato com o hegemom oriental. Do contrário, buscou aproximar-se deste de acordo com seu projeto de inserção internacional e desenvolvimento autônomo em relação aos EUA, estabelecendo, efetivamente, as bases sobre as quais se continuaram as relações quando do retorno brasileiro ao Estado Democrático de Direito em 1985. Não obstante, tais relações seriam posteriormente herdadas pela Rússia após a queda da URSS ao final de 1991.

Com o desenrolar do século XXI e o enfraquecimento da hegemonia estadunidense, houve o surgimento de tendências conservadoras e autoritárias representadas pela Nova Direita. No Brasil, Jair Messias Bolsonaro surge como um representante dessa pauta, propondo uma mudança da Política Externa Brasileira (PEB) entendida como uma ruptura em relação ao padrão seguido até então de protagonismo internacional para o alinhamento subalterno aos Estados Unidos. Contudo, as Relações Brasil-Rússia durante o Governo Bolsonaro, ainda pouco estudadas dada a ausência do benemérito do distanciamento histórico, apontam para uma continuidade no sentido no qual vinham sendo construídas. Destarte, sob a ótica da Teoria Crítica das Relações Internacionais, tal continuação se deu principalmente pelo interesse econômico em detrimento do discurso polarizador. A presente pesquisa busca responder a problemática: Como se deu a Política Externa dos militares com a União Soviética e a Política Externa de Bolsonaro com a Rússia e no que elas se assemelham e se diferenciam tomando pelos parâmetros de suas ideias, capacidades materiais e instituições?

Para tanto, no sentido de identificar os pontos em comuns dos dois períodos históricos abordados, assim como suas divergências, nesta pesquisa utilizar-se-á metodologicamente a revisão histórico-descritiva composta pelo ferramental bibliográfico, além de fontes jornalísticas, quando necessárias, para a construção argumentativa de fatos ainda não aprofundados pela academia, assim como fontes primárias, tais como falas e pronunciamentos

de presidentes e chanceleres sobre o tema tratado, utilizando-se, mas não somente, fontes provenientes dos países aqui enfocados respectivamente acerca dos períodos determinados pela perspectiva brasileira correspondendo à vigência da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e do mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022) assim como eventuais digressões temporais para melhor contextualizar tais períodos no tempo e espaço. A organização geral da discussão está erguida nos parâmetros temáticos fornecidos pela teoria utilizada composta pelo Contexto Internacional no qual se deram as relações; as ideias à elas relacionadas e que lhe influíram; suas capacidades materiais, onde são visitados os dados acerca das trocas comerciais bilaterais, e por fim, são discutidas as instituições intermediadoras dessas relações.

Assim, levanta-se a hipótese de que as relações se deram por meio de pontos em comum das agendas de PEB e da Política Externa russa quanto à necessidade de desenvolvimento nacional e diversificação de parcerias e mercado. Entende-se por paralelos que tanto o período militar quanto o governo Bolsonaro representaram rupturas em relação aos períodos anteriores, propagando um discurso de alinhamento direto com a potência hegemônica dos Estados Unidos, mas que operaram de maneira diversa às suas proposições por meio do insulamento de suas instituições, seus projetos nacionais e pelo interesse das elites econômicas, de modo que as relações com a União Soviética e posteriormente com a Rússia pouco foram afetadas pelas rupturas políticas. Desse modo, o objetivo geral desta monografia consiste em elucidar e traçar paralelos entre as relações exteriores brasileiras com a Rússia nos períodos aqui abordados com base nos discursos e nas práticas tanto em nível doméstico quanto nos meios bilaterais e multilaterais, partindo do Brasil como ponto de observação primário e da Rússia como secundário. Nesse sentido, o trabalho é dividido em três partes: a primeira apresentará a Teoria Crítica, sua concepção de Bloco Histórico e sua estrutura de correlações essenciais para o estabelecimento de paralelos, assim como o surgimento de tendências autoritárias. A segunda parte discorre principalmente sobre as relações Brasil-URSS entre 1964 e 1985 e por fim, a terceira parte foca nas Relações Brasil-Rússia durante o Governo Bolsonaro.

Com isto em vista, os objetivos específicos se encontram em utilizar a Teoria Crítica tal como apresentada por Robert Cox, de forma a se estabelecer um *continuum* entre os dois Blocos Históricos analisados, sobretudo à luz dos conceitos interrelacionados de ideias, capacidades materiais e instituições, assim como seus desdobramentos manifestados em cada período, debruçando-se no escrutínio da continuidade das relações com a União Soviética após o Golpe Civil-Militar de 1964 e posteriormente na manutenção dos laços com a Rússia em um contexto de radicalização do Itamaraty.

Por fim, justifica-se a abordagem utilizada pois ao se trabalhar com a dissonância entre

as práticas de Política Externa para com a Rússia e as ideias dos períodos aqui abarcados, é mister a escolha da Teoria Crítica como plano de fundo, já que este possibilita alcançar tópicos normalmente não discutidos pelas teorias tradicionais de Relações Internacionais. Ao se articular ideias, capacidades materiais e instituições com a ordem internacional e com forças sociais e formas de Estado sublimadas como contexto, sempre por uma perspectiva histórica, ganha-se a riqueza necessária à análise multifacetada requerida.

A delimitação dos períodos históricos vividos pelo Brasil se dá sobretudo pela forma como o ciclo anterior inspirou e serviu de referência para as práticas e discursos do ciclo posterior, fenômeno evidente nas falas de Bolsonaro e que se pretende explorar ao longo deste trabalho, com a ascensão da Nova Direita.

## 2 A ABORDAGEM COXIANA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Inicia-se pela apresentação da Teoria Crítica das Relações Internacionais. Seu ponto epistemológico inicial sustenta-se na incapacidade de outras teorias, tais como as de linha realista e idealista. Estas não são apropriadas para o tema aqui abordado, por possuírem uma capacidade de análise limitada em momentos de mudança do Sistema Internacional, e por não assumirem a profundidade histórica necessária, mas atribuírem-se de uma neutralidade científica que inexiste na realidade, pois toda teoria e por extensão, toda prática na Relações Internacionais, possui um interesse e oferece benefícios para alguém. No caso das Relações Brasil-Rússia, como se verá, tal interesse recai sobre a elite econômica associada ao agronegócio. Portanto, a teoria de Cox oferece uma maneira de ver além dos discursos diplomáticos, ajudando a compreender as dinâmicas de poder, ambiguidades e interesses contidas nas relações bilaterais.

Ademais, Cox (1987) sugere que, em vez de transformar a ordem hegemônica, o fascismo frequentemente reforça estruturas de dominação, utilizando o nacionalismo e o autoritarismo para estabilizar o capitalismo em crise. No caso da Ditadura Civil-Militar e do Governo Bolsonaro as tendências autoritárias surgiram em momentos de maior polarização social, onde, como se verá na visão coxiana sobre o fascismo, opera-se o surgimento da figura do “salvador da pátria” personificada nos períodos abordados pelo Exército Brasileiro e pelo Presidente da República, respectivamente.

Dessa forma, este capítulo teórico está estruturado em duas partes: primeiramente se aborda a Teoria Crítica das Relações Internacionais, sua formação de raciocínio e seus conceitos-chave que embasam e enriquecem os capítulos contendo conteúdos seguintes; e a segunda parte, mais breve e de caráter elucidativo, onde se evoca a ascensão fascista na primeira metade do século XX e como este processo ecoou no surgimento de regimes autoritários posteriores.

### 2.1 A TEORIA CRÍTICA

Robert W. Cox, nascido em 1926 em Montreal, foi um teórico político canadense cujas contribuições marcaram o campo das Relações Internacionais na forma da Teoria Crítica. Graduado em História pela Universidade McGill de Montreal, construindo sua carreira na Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Genebra, onde trabalhou por mais de 25 anos, atuando como executivo assistente e posteriormente diretor da Divisão de Programação e Planejamento dessa mesma organização. Posteriormente, viria a lecionar na Universidade

Columbia e na Universidade Iorque como professor de Ciência Política, além de atuar como professor visitante em diversas instituições de ensino superior na Europa, Oceania e Ásia. Cox viria a falecer em 2018 (Robert [...], 2018). Como se verá a seguir, sua *alma mater* em História e sua longa carreira na OIT acabaram por influenciar significativamente seu pensamento crítico sobre as Relações Internacionais, tornando-o plural em sua abordagem.

O ponto base para se entender o portfólio teórico coxiano é a crítica do autor às teorias que denomina por “problema-solução” com base na historicidade. Argumenta que tais teorias teriam um horizonte temporal limitado, tendo por isso uma “memória curta” que afeta a sua análise, tomando-se assim com constante e compartimentado um escopo político que seria essencialmente variável no decorrer do tempo e mutável conforme o espaço. Em contrapartida, a Teoria Crítica de Cox leva para as Relações Internacionais a análise histórico-interpretativa das ideias que operam por trás do palco do Sistema Internacional, de forma a buscar entender a quem elas servem e com quais objetivos, sendo por isso historicamente contingentes, estando ancoradas nas particularidades do tempo e do espaço no qual foram formuladas (Cohen, 2008, p. 84-94).

Nas teorias tradicionais das Relações Internacionais, há uma distinção entre Estado e sociedade civil, vendo-se na prática da Política Externa a pura manifestação dos interesses do Estado. Para o autor canadense, essa lógica teve sentido até o século XVIII, quando imperava a divisão prática em duas ordens sociais: as classes baseadas na dinâmica do mercado e do capitalismo emergente e, do outro lado, a classe administrativa encarregada de manter a coesão interna e defesa do território (Cox; Sinclair, 1996, p. 86). Tal dinâmica não seria mais verdadeira desde ao menos a segunda metade do século XIX, aprofundando-se as ligações entre Estado e sociedade de modo a formar um complexo que por sua vez seria a base real das RI. Assim, dado que existem diferentes tipos de Estado bem como diferentes formas de organização social que se relacionam por meios e atores diversos, o Sistema Internacional se mostra mais plural e dinâmico do que a academia tradicional o entende. Desse modo, Cox adverte:

Cuidado para não subestimar o poder do Estado, mas, além disso, preste a devida atenção às forças e processos sociais e veja como eles se relacionam com o desenvolvimento dos Estados e das ordens mundiais. Acima de tudo, não baseie a teoria na teoria, mas sim na mudança da prática e no estudo histórico-empírico, que são um campo de provas para conceitos e hipóteses (Cox; Sinclair, 1996, p. 86, tradução nossa)<sup>1</sup>.

---

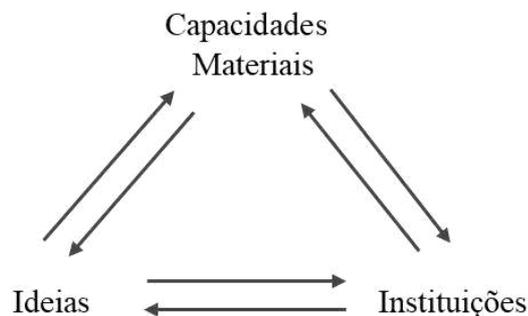
<sup>1</sup> No original: “Beware of underrating state power, but in addition give proper attention to social forces and processes and see how they relate to the development of states and world orders. Above all, do not base theory on theory but rather on changing practice and empirical-historical study, which are a proving ground for concepts and hypotheses.”

É com isso em mente que Cox passa para o que é defendido pela academia (Cohen, 2008) (Cox; Sinclair, 1996, p. 87), como o ponto central de sua perspectiva crítica da Teoria das Relações Internacionais. Para o autor, essencialmente toda teoria é interessada, isto é, para alguém e para algum propósito, possuindo um ponto de vista derivado do espaço e do tempo sociopolítico na qual foi elaborada, podendo transcender suas próprias limitações de acordo com o seu grau de sofisticação teórico-metodológico e elaboração, sem, no entanto, perder o ponto de perspectiva inicial historicamente condicionado na sua elaboração. Assim, uma teoria pode ter dois propósitos distintos: ser o instrumento para se solucionar um problema com base em uma perspectiva inicial dada ou, de forma mais elaborada, ser consciente do ponto de partida da sua teorização e criar uma alternativa que transcende a perspectiva inicial de modo a elaborar uma alternativa a problematização inicial. Cox denomina o primeiro propósito como teoria resolução de problemas - "*problem-solving theory*", isto é, teorias que tomam o mundo, suas relações de poder, instituições e formas de organização como dados, preocupando-se em fornecer respostas a problemas de áreas compartmentadas, cada qual presumindo a constância da outra e assim eliminando-a como fator a ser considerado, tendo, por isso, uma análise com limites e parâmetros bem definidos capazes de formular uma problemática cuja resolução se contenta à um número determinado de variáveis de clara aferição de modo a se chegar à uma fórmula generalista que soluciona o problema inicial, funcionando em um cenário de estabilidade. Dando continuidade, o segundo propósito da Teoria Crítica consiste em questionar a ordem vigente e investigar como esta veio a ser, aprofundando-se em como as relações de poder foram construídas ao longo da história e questionando o papel que as instituições possuem, assim como as ideias por trás de sua gênese. A Teoria Crítica problematiza aspectos do complexo sociopolítico que as teorias tradicionais adotam como paradigma, de modo que a problemática inicialmente levantada para a investigação teórica seja apenas uma figura de um quadro histórico mais abrangente de um processo contínuo e dinâmico, apontando normativamente para um arranjo social diferente daquele previamente existente, mesmo que esta seja restrita pelo processo histórico sobre o qual se debruça.

Em termos de ação prática, Cox detalha o Bloco Histórico em uma formulação dividida em duas estruturas, uma de carácter heurístico, que parte inicialmente das forças em um dado local na história e outra, de carácter contrastante, que abrange a externalização dessa estrutura inicial e lida com o carácter hegemônico da estrutura histórica, ambas de carácter correlacional internamente e entre si. Dessa forma, a primeira correlação de forças envolve reciprocamente capacidades materiais, ideias e instituições. De acordo com o teórico canadense, capacidades materiais encerram a capacidade produtiva de um país - recursos naturais e a produção

econômica geradora de riqueza, assim como a capacidade destrutiva, isto é, produção e acúmulo bélicos. Ideias são divididas em dois tipos principais: o primeiro tipo são os significados intersubjetivos compartilhados, isto é, ideias associadas ao comportamento e organização social. Nessa concepção, encontra-se o Estado como forma de organização e comando encerrado em um território e que se relaciona com seus pares via agentes diplomáticos, assim como por meio de um sistema de convenções, negociações e até a guerra se enquadra na subjetividade coxiana, sendo inerente ao Bloco Histórico. O outro tipo de ideia é constituído pela imagem coletiva de ordem social possuída por um grupo específico, correspondendo aos diferentes pontos de vista político sobre as relações de poder, justiça, administração pública e outros, ensejando discordância entre diferentes grupos e por isso apresentando um potencial transformador pelo embate das dissonâncias e a subsequente síntese em uma fórmula vitoriosa. As instituições, ao seu turno, são frutos de dinâmicas de poder específicas em dado momento do Bloco Histórico, propagando imagens coletivas relacionadas à esse momento, ao menos inicialmente, como reconhece o autor, originando-se da conjunção de certas ideias e capacidades materiais e sendo capaz de influenciá-las, teoricamente reduzindo conflitos ao se evitar o uso da força em prol da concessão da parte de maior capacidade e aquiescência da parte correspondente mais fraca. Porém, instituições podem servir de plataforma para a construção e legitimação de uma hegemonia ao universalizar valores e interesses que venham a prevalecer em seu âmago, com as capacidades materiais, sobretudo em termo bélicos, fornecendo o plano de fundo para a imposição consensual (Cox; Sinclair, 1996, p. 98). A primeira correção pode ser esquematizada na Figura 1:

Figura 1 - Primeira correção teórica



Fonte: Cox; Sinclair, 1996, p. 98 (tradução nossa).

Assim, instituições podem ser manifestações de uma hegemonia, mas não são sua imagem espelhada, uma vez que a própria estrutura hegemônica se manifesta pela

externalização da estrutura anterior. Dessa maneira, direcionando-se para a segunda correlação coxiana, tem-se igualmente três pontos principais: formas de Estado, ordem mundial e forças sociais. Formas de Estado são as diferentes configurações do complexo sociedade-Estado pelo qual Cox se fia inicialmente na elaboração da Teoria Crítica mencionada anteriormente; Ordens Mundiais são as relações de forças definidoras das noções de guerra e paz para um grupo de Estados; e finalmente, forças sociais são os diferentes tipos de organização da produção e atores do processo produtivo. Novas formas de produção levam ao surgimento de novas forças sociais, que por sua vez alteram a formação do Estado, o que pode levar a mudanças em toda a estrutura da ordem mundial caso transpasse as fronteiras, chegando-se a uma nova estrutura histórica. Cox exemplifica sua teoria por meio de um diálogo com o teórico realista Edward Carr, que sustenta que ao incorporar o proletário em sua estrutura, os Estados ocidentais do final do século XIX catalisaram o nacionalismo econômico e o imperialismo - que seria, por sua vez, um novo tipo de Estado mais aut centrado e belicoso, criando-se assim uma ordem mundial (Cox; Sinclair, 1996, p. 101). Contudo, essa relação não é linear, podendo se dar em mais de um sentido, como Cox explica:

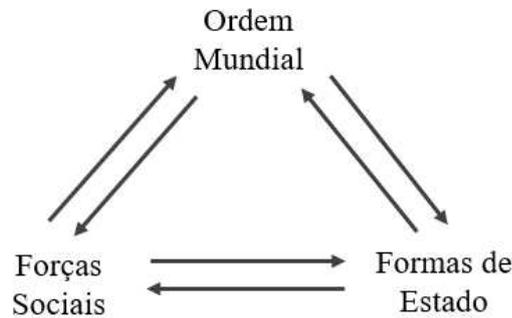
O stalinismo foi, pelo menos em parte, uma resposta a uma sensação de ameaça à existência do estado soviético por parte de uma ordem mundial hostil; o complexo militar-industrial nos países centrais justificou sua influência apontando para a condição conflituosa da ordem mundial; e a prevalência do militarismo repressivo nos países periféricos pode ser explicada pelo apoio externo ao imperialismo, bem como por uma conjunção particular de forças internas (Cox; Sinclair, 1996, p. 101)<sup>2</sup>.

Mantendo-se coerente com a crítica às teorias tradicionais, a estrutura histórica não possui pretensões universalistas, não representando por isso toda a dinâmica do Globo nem sua história, mas do contrário, configura-se como uma parte do portfólio humano com sua totalidade localizada na história é construída com base em tipos ideais que descrevem o processo social do qual o surge o poder (Cox; Sinclair, 1996, p. 100). Assim, ao passo que a primeira relação identifica uma certa estrutura, a segunda é capaz de apontar suas origens, desenvolvimento e eventual fim. Ademais, a segunda correção teórica pode ser esquematizada na Figura 2:

---

<sup>2</sup> No original: “Stalinism was, at least in part, a response to a sense of threat to the existence of the Soviet state from a hostile world order; the military industrial complex in core countries justified its influence by pointing to the conflictual condition of world order; and the prevalence of repressive militarism in periphery countries can be explained by the external support of imperialism as well as by a particular conjunction of internal forces”

Figura 2 - Segunda correlação teórica.



Fonte: Cox; Sinclair, 1996, p. 101 (tradução nossa).

Sinclair (1996) apontou que o desvio do foco estado-cêntrico das Relações Internacionais para uma abordagem histórica da perene dinâmica de correlações é o que destaca Cox. Ao invés de analisar as ações do Estado, sua teoria permite estudar fatores que estariam abaixo e acima desses, de modo que diferentes possibilidades de rearranjo estrutural podem ser vislumbradas para o futuro. Assim, a Teoria Crítica permite interpretar mudanças conjunturais de forma polivalente e abrangente (Cox; Sinclair, 1996, p. 3).

Benjamin Cohen (2008) chama a atenção para o carácter não ortodoxo do corpo teórico de Cox, uma vez que põe-se criticamente em relação às teorias dominantes e que tal característica estaria relacionada com a própria trajetória pessoal do autor, como um anglo-canadense na majoritariamente católica e francófona Montreal, cuja posterior graduação e carreira invariavelmente levaram-no a formular as estruturas históricas vistas anteriormente (Cohen, 2008, p. 85). Do ponto de vista teórico, o autor nota as influências de Karl Marx ao trazer para a Teoria Crítica o aspecto das forças sociais, assim como a produção material. Há também influências de Antonio Gramsci, em especial no conceito de estrutura hegemônica; além da presença latente de Karl Polanyi, por meio da proposta transformadora que a teoria apresenta através da mudança sistêmica da estrutura histórica. Por fim, Cohen aponta o historiador francês Fernand Braudel e sua concepção histórica socioeconômica de longa duração como correlação direta com o Bloco Histórico coxiano (Cox; Sinclair, 1996, p. 90).

Em suma, a lente coxiana permite enxergar as RI de forma mais holística. As estruturas do Bloco Histórico elucidam as diferentes forças a serem exploradas em uma análise, levando-se por isso mais fatores em consideração do que o método positivo das teorias tradicionais problema-solução. No caso deste trabalho, ao se sobrepor a Teoria Crítica às relações Brasil-Rússia, é possível ir além da esfera diplomática-formal, de modo que os dois Estados passam a

ser uma tela de dinâmicas e nuances influenciadas e influenciadoras da condução da PEB conforme sua própria agenda.

Assim, aplicar a estrutura teórica de Cox em dois momentos da Política Externa de um mesmo país torna-se um exercício interessante, pois além de investigar a dinâmica própria de cada momento, permite fazer uma investigação dos ajustes e mudanças que houveram no intervalo de tempo determinado por esses dois pontos iniciais, descortinando-se eventualmente a própria mudança para um Bloco Histórico diferente, mas que inerentemente carrega aspectos do período anterior, assim como novas sínteses que levaram ao seu surgimento.

## 2.2 O FASCISMO EM COX

A respeito dos governos aqui estudados, é tentador caracterizá-los como fascistas ou neofascistas. Entretanto, para a abordagem coxiana, o fascismo estaria contido em um espaço-tempo cujas características e eventos levaram ao seu surgimento na Itália de Mussolini, não abrangendo o Regime Militar ou o governo Bolsonaro *per se*. Cabe então, pelas lentes da Teoria Crítica, um olhar sobre o fascismo para esclarecimentos.

O movimento fascista surge no contexto da Itália do pós-Primeira Guerra Mundial, como efeito colateral da frustração do corporativismo burguês de se consolidar, levando a distorções do chauvinismo de bem-estar, mas ainda reagindo à dominância do mercado sobre a sociedade e ao desemprego em massa, buscando a estabilidade da moeda e o câmbio alto, de modo a seguir uma linha geral econômica relativamente conservadora em um ambiente de supressão tanto da institucionalidade parlamentar italiana quanto do movimento trabalhista industrial. Capitalizando a confiança da classe econômica dominante como via única para a manutenção da ordem por meio da violência sistêmica, o fascismo impõe um corporativismo industrial altamente disciplinar passível de interferência governamental subordinante e associada aos interesses monopolistas locais, porém maior do que estes e com sua própria agenda (Cox, 1987, p. 190), levando efetivamente ao aumento da população empregada, da produção industrial e da inovação tecnológica.

Tratando dos aspectos políticos, Cox traça um diálogo com Antonio Gramsci, citando as condições necessárias para a gênese do fascismo identificadas inicialmente pelo autor italiano. Caracteristicamente, existem três elementos, sendo estes: o surgimento de uma força popular desagregada até então não participante do palco político local; o apartamento dos burocratas estatais e da baixa burguesia do sistema político; e, não obstante, a polarização de forças relativamente equânimes entre proletariado e patronato de modo que uma parte não se

sobreponha à outra na dominância da organização social. Nessas condições, movimentos políticos abertamente violentos passam a captar seguidores, inicialmente em meio aos estratos médios desiludidos com a sociedade, chocando-se com a classe popular desarticulada, mas suficientemente resistente de modo a gerar conflito. Tal conflito é por sua vez apartado pelo fascismo, com o surgimento de uma figura líder restabeecedora da ordem e mobilizadora dos impulsos violentos, introduzindo mudanças modernizadoras *pari passu* ao balanceamento da manutenção da ordem antiga, preservando a classe econômica dominante em uma tentativa ineficiente de transformação do capitalismo (Cox, 1987, p. 192). Desse modo, ao se desenvolver em um Bloco Histórico de condições específicas, o fascismo deveria, para Cox, ser considerado um fruto possível da crise hegemônica derivada da incapacidade burguesa de conter por meio dos mecanismos partidários normais o crescente descontentamento popular que por sua vez, não possui os meios contra-hegemônicos próprios para se impor (Cox, 1987, p. 195). O fascismo apresenta-se como uma alternativa disruptiva possível ao ambiente sócio-político polarizado, este, por sua vez, um lugar-comum nos países cujos processos de industrialização operaram-se mais tardiamente na primeira metade do século XX. No caso da América Latina, tais tensões se manifestam principalmente no Pós-Segunda Guerra Mundial com a ascensão violenta de regimes militar-burocráticos.

Em suma, especialmente o Governo Bolsonaro não pode ser categorizado como fascista, pois não compartilha das características históricas que o originaram na Itália, sendo antes sua eleição fruto da política brasileira tal como concebida pela redemocratização, além de não possuir em sua pauta um projeto nacional modernizador. Como apontado pela abordagem de Cox, o fascismo emerge de condições específicas, inerentes à estrutura histórica das primeiras décadas do século XX. O Regime Militar, por sua vez, advém de tensões sociais polarizadoras em meio à uma economia de industrialização tardia, mas sem possuir o fator carismático presente na liderança fascista e uma agenda econômica mais associada com o capital estrangeiro. Assim, enquanto o fascismo se desenvolve como uma resposta a crises hegemônicas, o Governo Bolsonaro e o Regime Militar brasileiro têm suas próprias dinâmicas e contextos políticos distintos.

### 3. A DITADURA CIVIL-MILITAR E A UNIÃO SOVIÉTICA

Como descrito na metodologia, para se responder à pergunta norteadora deste trabalho, separou-se sua estrutura de acordo com os períodos analisados. Dessa forma, aborda-se as Relações Brasil-União Soviética organizadas pelos pilares da Teoria Crítica descritos anteriormente, de modo que começa-se com o contexto internacional pós-Segunda Guerra Mundial no qual as relações se localizam cronologicamente, passando-se em seguida para uma breve historização dos antecedentes entre Brasil e Rússia para se entender seu início e caminho antes de 1964. Em seguida entra-se no segundo esquema da estrutura coxiana, onde se discorre com especial ênfase nas ideias além das capacidades materiais e instituições de cada mandatário do período Civil-Militar, constatando-se que apesar de variações ao longo das diferentes presidências, a tendência geral manteve-se, com as relações aprofundando-se paulatinamente do contato comercial ao político, com tal linearidade sendo possibilitada sobretudo pelo desenvolvimentismo pragmático brasileiro assim como pela objetividade soviética em acomodar-se diplomaticamente no sistema internacional. Não obstante, as informações deste capítulo fornecem a base de comparação sobre a qual o Capítulo II está construído, refletindo não somente as políticas externas analisadas como também sendo o ponto focal da alusão reacionária de Bolsonaro.

#### 3.1 CONTEXTO INTERNACIONAL: GUERRA FRIA E GOLPE CIVIL-MILITAR

Tão logo se findaram as hostilidades da Segunda Guerra Mundial e com grande parte da Europa ainda para ser reconstruída, inicia-se uma nova fase da história internacional. As duas grandes nações vencedoras, Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética, passam a se antagonizar em termos ideológicos, modelos econômicos e competindo por zonas de influência. Segundo Vizontini (2000, p. 96), os Estados Unidos no pós-Guerra possuíam capacidades até então nunca obtidas conjuntamente por nenhuma outra potência, de forma a deter a supremacia política-militar naval e aérea, estando presente em todos os continentes, possuindo bombas atômicas de alta mobilidade, além de controlar o sistema comercial e financeiro global por meio de sua moeda, o dólar, após a Conferência de Bretton-Woods e a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ainda segundo o mesmo autor, a gênese da Guerra Fria está na dissonância entre os aliados e os soviéticos sobre o caráter da ordem no pós-guerra, principalmente durante a presidência dos EUA passou para Harry Truman, que culminou com o lançamento, em 1947,

da chamada Doutrina Truman, política que essencialmente visava a assistência dos Estados Unidos aos seus aliados ocidentais no combate ao comunismo além de ajudar financeiramente na forma do Plano Marshall - os governos europeus para que construíssem suas economias de forma a criar um mercado propício ao capital privado estadunidense, fomentando a divisão Leste-Oeste do mundo e pavimentando o caminho para a futura disputa bipolar entre blocos econômicos (Vizentini, 2000, p. 102).

Eventualmente, tal disputa levou à corrida armamentista caracterizada pela proliferação de armas nucleares, a Corrida Espacial, e a cristalização das esferas de influência nos blocos militares da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) liderada pelos Estados Unidos e do Pacto de Varsóvia, com a União Soviética à sua frente, como assinala Hobsbawm: “Muito mais óbvias foram as consequências políticas da Guerra Fria. Quase de imediato, ela polarizou o mundo controlado pelas superpotências em dois campos marcadamente divididos” (Hobsbawm, 1995, p. 187). Como se verá posteriormente, além dos conflitos armados, a batalha ideológica de caráter propagandista cria a “ameaça soviética” por meio de mitos e imagens que legitimam os Estados Unidos e que foram reproduzidos de forma interessada nos países que se submeteram a Washington.

Arrighi (1996, p. 33) aponta que, com a Doutrina Truman, os Estados Unidos deixaram de lado a possibilidade de incorporar a União Soviética à sua esfera de influência como um membro dos países pobres - postura favorecida até então e parcialmente adotada por Roosevelt - para, ao contrário, estabelecerem uma ordem mundial centrada na rivalidade e institucionalização da competição ideológica com a União Soviética, processo esse que acelerou a reorganização capitalista em torno da América do Norte, elevando o consumo em massa e acomodando seletivamente a proletarização do nacionalismo.

Na visão de Hobsbawm (1995, p. 187), o sentimento de insegurança e apreensão internacional que durante 40 anos dominaram o discurso político pautado na ideia assimilada, em ambos os hemisférios, da mútua destruição assegurada - por mais que capacidades e o alcance global fosse essencialmente desigual. Tal cenário catastrofista nunca veio de fato a se concretizar para além da “retórica apocalíptica” propagada sobretudo pelos Estados Unidos em maior grau e em menor medida pela União Soviética. Para o autor, o período apresentou na realidade uma certa estabilidade, mesmo com a onda de descolonização e formação do Terceiro Mundo, uma vez que a maioria dos novos Estados não se alinharam automaticamente à Moscou, que à época já abandonara o viés revolucionário em prol da acomodação política e sem capacidade de intervir na perseguição anticomunista interna influenciada pela Doutrina Truman (Hobsbawm, 1995, p. 179).

Por fim, Cox aponta que a estabilidade proporcionada pela disputa hegemônica criou as condições para que os Estados Unidos expandissem sua influência globalmente, vindo a desenvolver uma economia globalizada altamente influente, de modo a projetar consigo não somente o capital como também a agenda estadunidense, pressionando seus aliados a se harmonizarem politicamente com Washington, subordinando seus formuladores políticos e efetivamente reproduzindo seu ideário de modo a assegurar seus interesses envolvendo, sobretudo, investimentos diretos e controle de *know-how* produtivo (Cox, 1987, p. 110).

É nesta seara de expansão e asseguramento dos interesses estadunidenses que se deu o Golpe de Estado no Brasil em 1964, cujas origens se relacionam na confluência dos interesses da elite conservadora brasileira com a manutenção do poder hegemônico capitalista pela via autoritária. Como apontado anteriormente na teoria coxiana, a polarização social acumulada pelo processo desigual de industrialização tardia da América Latina propiciou um cenário próspero para a ascensão de regimes autoritários, que captaram para si o papel de suprimir o descontentamento popular e instalar uma ordem favorável à classe econômica dominante. Assim, como aponta Skidmore (1982), no caso do brasileiro, os militares tomaram para si o papel de salvaguardas da ordem já na ocasião da Revolução de 1930. Ainda segundo o mesmo autor, o estopim para a conflagração do golpe viria com a chegada de João Goulart à Presidência em decorrência da renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961. Para contornar a crise político-econômica vivida pelo país, Goulart propôs uma série de reformas chamadas Reformas de Base. Tais reformas visavam a redistribuição de terras, a nacionalização de empresas estrangeiras e a ampliação dos direitos trabalhistas, entre outros. Na Política Externa, como se verá, Goulart buscava um posicionamento independente brasileiro em meio à conjuntura da Guerra Fria, atraindo-se com Washington. Tais medidas, embora populares entre as classes mais baixas, geram resistência por parte da classe média e das elites econômicas e políticas do país influenciadas pelos Estados Unidos, que atribuíram a Goulart a suposta ambição de tornar o Brasil um país comunista, e, portanto, alinhado a Moscou. Com efeito, o presidente não teve a capacidade de articular as reformas pretendidas e sustentar-se no poder. Assim, para findar o impasse político, as Forças Armadas optaram por tomar diretamente o poder, estabelecendo-se entre 31 de março e 1º de abril de 1964 como via única para a manutenção da ordem, semelhante, mas originando-se de contextos distintos, ao processo de ascensão fascista visto anteriormente (Skidmore, 1982).

### 3.2 ANTECEDENTES: CONTATO INICIAL E DESCONTINUIDADES

Entendidos a formação do Bloco Histórico da Guerra Fria, e sendo fiel à historicidade exigida pela Teoria Crítica, explica-se agora brevemente as relações entre Brasil e a Rússia/União Soviética Pré-1964, de forma a melhor situar o posterior aprofundamento na história conjunta desses dois países. Adianta-se que, segundo Segrillo (2015), fatores políticos vem historicamente dificultando as relações entre os dois países, sendo esta construída sobretudo por sucessivos momentos de aproximação operados em momentos e governos específicos, como se constata, por meio da matriz coxiana, tanto deste capítulo como no seguinte.

O primeiro ponto de contato significativo entre os dois países remonta a 1803, ainda na América Portuguesa, quando da Expedição Russa de Circunavegação do Globo. A bordo da esquadra russa encontrava-se o naturalista alemão Georg Heinrich von Langsdorff, futuro primeiro cônsul-geral Rússia no Brasil, retornando novamente em 1813 para auxiliar a política de D. João IV de incremento comercial com a Rússia (Segrillo, 2015, p. 257). Não obstante, o primeiro afastamento entre as duas nações adveio com a independência do Brasil, em 1822, tardando em seis anos para que as relações diplomáticas entre os dois países começassem, de fato, em 1828 (Brasil, 2024a). Ademais, Segrillo aponta a ideia russa de fomentar o monarquismo na América Latina como um dos motivos que levaram ao início das relações, uma vez que tanto na Rússia, quanto no Brasil, a monarquia constituía a forma de governo, sendo o Brasil a única monarquia nas Américas à época. É nesse mesmo contexto que se opera a visita de caráter não oficial de D. Pedro II à corte de Alexandre II em 1876 e um novo afastamento entre os dois países quando se deu a Proclamação da República no Brasil, em 1889. Posteriormente, contudo, a Revolução Russa significou o primeiro rompimento das relações diplomáticas, sendo estas encerradas pelo presidente Wenceslau Brás em 1917 (Segrillo, 2015, p. 259). Os dois países somente retomaram suas ligações oficiais em 1945, no contexto do Bloco Aliado na Segunda Guerra Mundial, que acabou por evoluir, para a Guerra Fria e um novo rompimento diplomático em 1947 por parte do presidente brasileiro e militar, Eurico Gaspar Dutra, ilegalizando também o comunismo no Brasil (Segrillo, 2015, p. 260). Pesando-se as necessidades desenvolvimentistas na Política Externa, as relações comerciais foram retomadas novamente em 1959 durante o Governo Kubitschek (Brasil, 2024a) e, ainda em 1961, o então presidente João Goulart restabeleceu as relações diplomáticas oficiais. O principal objetivo da agenda de Goulart ao reatar com Moscou teria a predisposição de maior independência na PEB e na diversificação na busca por novos parceiros comerciais. Tal escopo possui sua gênese e

desenvolvimento no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), vindo repercutir não somente na esfera política civil mas também consideravelmente na militar, com esta alinhando-se intelectualmente pela busca do desenvolvimento econômico industrializante e pela defesa dos recursos naturais brasileiros (Petrocchi, 1995, p. 40 apud Khalil; Alves, 2014, p. 687).

### 3.3 IDEIAS: ANTICOMUNISMO, DESENVOLVIMENTISMO E NÃO ROMPIMENTO COM A URSS

Vistos os antecedentes, faz-se necessário agora realizar a exposição e análise, por meio da Teoria Coxiana, das Relações Brasil-União Soviética ao longo do Regime Civil-Militar Brasileiro. Destarte, inicia-se pelas ideias, tanto intersubjetivas quanto dos diferentes grupos de interesse envolvidos nas relações. Quais ideias dominaram a Política Externa brasileira na época e na Política Externa soviética e por que as relações foram mantidas? Como estas variam ao longo do período? Estas são as perguntas que buscar-se-ão responder ao longo desta seção.

Dessa forma, inicia-se assim pela ideia do anticomunismo. Como aponta a literatura, buscando benefício próprio, vários agentes sociais exploraram o anticomunismo ao longo da primeira metade do século XX no Brasil: o próprio Estado, a imprensa, grupos e líderes políticos, órgãos de repressão e até mesmo a Igreja. Uma vez instrumentalizado pelo Estado, serviu para justificar o autoritarismo político, uma vez que o sistema liberal-democrático pré-1964 não possuiria a energia política necessária para combater efetivamente o comunismo revolucionário, pleiteando-se assim o Estado de exceção como instrumento combativo, de modo que:

Em 1964, apresentou-se um argumento adicional à tradicional crítica sobre a suposta fraqueza das instituições para combater o comunismo: a fragilidade da democracia não estaria apenas na incapacidade de prover a repressão necessária, mas na facilidade com que permitia a infiltração comunista no aparelho do Estado (PATTO, 2000 p. 204)

A denominação “comunista” era aplicada amplamente pelas parcelas mais conservadoras da sociedade, sendo comumente usada de forma indiscriminada para todo o espectro esquerdo da política, abrangendo desde o trabalhismo reformista social-democrático até comunistas de fato e anarquistas. Tal uso amplo essencialmente opunha-se a qualquer mudança social, desacreditando-a categoricamente, criando com isso, um cenário de desconfiança e temor nas camadas populares propício ao autoritarismo (Patto, 2000 p. 205).

Trazendo-se novamente a percepção Coxiana de contenção do fascismo em dado espaço e tempo caracterizado pela polarização política, tem-se que a formação do Bloco Histórico da Guerra Fria proporcionou o ambiente polarizado para que, como visto, surgisse o autoritarismo militar, que por sua vez, utilizou-se do mesmo para se sustentar. Ademais, o autoritarismo do Estado Brasileiro, manifestou-se na forma do aprisionamento, tortura, assassinio e expurgos de opositores políticos sobretudo, durante as chamadas presidências “linha dura”, isto é, de maior teor autoritário, mas sem que, como destaca Secco (2022, p. 73) fosse adotada uma retórica propriamente fascista na política.

Se, por um lado o anticomunismo manifestava o teor autoritário e antidemocrático que culminou no Golpe Civil-Militar de 1964, a outra ideia base principal, o desenvolvimentismo, serviu como a manifestação pragmática da continuidade de um modelo político e econômico cujas origens antecedem os governos militares e que, durante estes, não deixou de manifestar-se na prática da Política Externa.

Em suma, o desenvolvimentismo brasileiro foi uma abordagem econômica e política predominante no Brasil ao longo do século XX, originando-se nos anos 1930 e passando a ter maior protagonismo especialmente entre as décadas de 1950 a 1970. Defendia a intervenção do Estado como um motor principal para o desenvolvimento econômico do país, visando modernizar e industrializar a economia nacional. Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954), foram estabelecidas as bases iniciais do desenvolvimentismo, com a criação de empresas estatais e políticas de substituição de importações. O foco era reduzir a dependência de produtos estrangeiros, promover a industrialização local e aumentar a capacidade produtiva do país. O período mais emblemático do desenvolvimentismo assumido ocorreu durante os governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e João Goulart (1961-1964). Kubitschek implantou o Plano de Metas, um programa ambicioso que visava atrair investimentos estrangeiros e expandir setores como o automobilístico e o de energia. Goulart, por sua vez, defendia reformas que incluíssem a redistribuição de terras e maior intervenção estatal na economia, sendo por isso vítima da intolerância anticomunista (Skimore, 1982).

Ademais, os pilares do desenvolvimentismo brasileiro mantidos posteriormente pelos militares incluíam o nacionalismo econômico, a industrialização acelerada, o investimento em infraestrutura e o planejamento econômico centralizado, temáticas que serão revisitadas nas capacidades materiais das relações com a União Soviética. O desenvolvimento, contudo, possui também efeitos colaterais: houve o paulatino aumento da dívida externa, a concentração de renda nas camadas sociais mais elevadas, além da falta de desenvolvimento equitativo regional, problemas sintetizados na frase de Antônio Delfim Netto, “Primeiro temos de fazer o bolo

crescer para depois dividi-lo” (Antonio [...], c2008). Não obstante, como será visto, o “bolo” brasileiro logrou, já no mandato de Costa e Silva, aumentar o interesse soviético.

Assim, entendidas as ideias do lado brasileiro, é necessário examinar as soviéticas, questionando-se dessa forma, quais ideias dominavam a Política Externa soviética na segunda metade do século XX, mais especificamente, durante os mandatos de Nikita Krushev (1953 - 1964) e Leonid Brejnev (1964 - 1982). Os pormenores da desestabilização promovida por Krushev a partir do Vigésimo Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), não serão aprofundados em sua totalidade. O trabalho se limita a explorar as mudanças promovidas pelo novo Secretário-Geral do PCUS no que tange às novas ideias para a Política Externa soviética durante seu governo e de seu sucessor, Leonid Brejnev.

Destarte, tal movimento significou uma nova abordagem para com os países capitalistas, abandonando-se a postura de divisão bipolar irreparável em prol de uma abordagem centrada na coexistência pacífica dos dois sistemas. Tal proposta, por mais que tenha ecoado negativamente dentro da própria cortina de ferro, gerando um afastamento político sobretudo da República Popular da China, de linha Maoísta, foi recebida positivamente no Ocidente, permitindo que a União Soviética fosse de encontro aos países em desenvolvimento e recém-descolonizados. Na instância latino-americana, mais precisamente, a Revolução Cubana (1959) chamaria a atenção da Política Externa soviética para a região. Como elucidada Miller (1989, p. 10), a revolução demonstrou aos soviéticos que o determinismo geopolítico latino-americano em termos de proximidade com os Estados Unidos era essencialmente um mito, de forma que o aumento de estudos soviéticos sobre a região, sobretudo realizados pelo Instituto da América Latina na Academia de Ciências de Moscou, vieram a definir quatro categorias para o subcontinente de acordo com o alinhamento político de seus governos: “Estados de orientação socialista” como Cuba; “capitalistas progressistas” interessados em se afastar de Washington; “liberal burgueses” alinhados com a hegemonia capitalista; e finalmente “reacionários de direita” - ditaduras militares apoiadas pelos Estados Unidos. Esta categoria, por sua vez, ainda era dividida em países que não possuíam relações com a URSS antes da ascensão militar e países que não somente já as possuíam como também as mantiveram, como efetivamente seria identificado pelo Kremlin o Brasil pós-1964 (Miller, 1989, p. 11).

Ademais, a redução de confiança causada pelo fracasso da atuação estadunidense na Guerra do Vietnã, bem como a sobrevivência de Cuba ao longo da década seguinte, reafirmaram a Moscou que a capacidade de dominação hegemônica dos Estados Unidos estavam limitadas, permitindo assim a possibilidade da influência soviética se expandir para zonas onde tradicionalmente possuía menor intensidade, corroborando como atrativo a dinamização

política de países latino-americanos como Brasil, Argentina e México que tenderam a se distanciar de Washington, como vista nas categorias anteriormente mencionadas. Com efeito, parte dos países latino-americanos passaram a abraçar, ao longo dos anos 1960 e começo de 1970, o viés pragmático em detrimento da ideia de pertencimento ao Bloco Ocidental, indo ativamente de encontro à permeabilidade soviética em concomitância com o espraiamento global desta para além da Eurásia (Miller, 1989).

Dessa forma, tal processo de mudança de Política Externa soviética é conterrânea à ascensão dos militares no Brasil. Estes, por sua vez, igualmente possuíam ideias próprias para a manutenção, e posterior expansão, das relações com a URSS. Para Vizentini (2008, p. 41), ao introduzir os pensamentos da Escola Superior de Guerra (ESG) do Exército condicionados à conjuntura securitário-ideológica da Guerra Fria, Castelo Branco representou uma reorientação do Itamaraty, uma vez que a predileção pelo alinhamento automático com os Estados Unidos implicou no recuo do multilateralismo propugnado pelos Governos Kubitschek e Goulart, abandonando-se o terceiro-mundismo, em prol da Política Externa hemisférico-regional e bilateral, esperando-se de Washington o suporte econômico como contrapartida.

Como manifestação prática dessa nova postura, ainda em maio de 1964 as relações diplomáticas com a recém revolucionada República de Cuba são cortadas, sem que o mesmo se efetue com a União Soviética. Já em junho de 1965, tropas brasileiras no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) são enviadas à República Dominicana para apoiar os Estados Unidos e seus aliados na Guerra Civil vivida no país caribenho, com o intuito de impedir uma segunda ascensão socialista na região. Segundo Vizentini (2008, p. 42), tal atitude acabou por gerar uma mácula na imagem projetada pelo Brasil ao exterior, sobretudo no restante da América Latina, já que a atitude intervencionista foi vista como manifestação de um certo subimperialismo brasileiro, que por sua vez, passou a ser uma característica do *modus operandi* de projeção do poder militar em maior ou menor grau especialmente para com a América Latina ao longo de todo o período.

Apesar da vigência do alinhamento automático com o Bloco Ocidental, as relações com sua contraparte oriental não foram interrompidas, entrando em um novo ciclo de aprofundamento das trocas comerciais e desenvolvimento das relações bilaterais (Segrillo, 2015), mantendo-se, o vetor da Política Externa Independente dos governos populistas da Quarta República. Não obstante, para se entender melhor a dinâmica do período em questão, é necessário questionar: por que os militares não cortaram as relações com a União Soviética restabelecidas por João Goulart?

Quando de sua ascensão ao poder, Castelo Branco defendeu um discurso de alinhamento com o Bloco Ocidental em níveis concêntricos de intensidade das relações na chamada Política de Segurança Nacional, que logo se mostrou de pouco impacto frente ao Itamaraty, quando se leva em consideração a nomeação, pelo presidente, de um diplomata de carreira, Vasco Leitão da Cunha, como primeiro chanceler do Regime Militar. Assim: “O reconhecimento dos diplomatas como iguais pelos militares possibilitou o exercício decisivo de sua influência sobre o processo decisório na PEB.” (Khalil; Alves, 2014, p. 694-695).

Dessa forma, o discurso anticomunista centrado na ordem mundial polarizada e no autoritarismo chocou-se contraditoriamente com as práticas institucionais, que, por sua vez, preservaram as ideias gestadas no Período Populista, de modo que tal bagagem de protagonismo institucional diplomático permaneceu balizando o Itamaraty. Com isso, é possível extrair algumas considerações: a prevalência da visão diferenciadora Norte-Sul desenvolvido e subdesenvolvido em detrimento da Leste-Oeste dos Blocos Hegemônicos; o entendimento da busca pelo desenvolvimento como caminho a ser seguido pela Política Externa, de modo a se aproximar variavelmente de países cujas ideias não sejam necessariamente afins; a busca de novos mercados, sobretudo na América Latina e nos países socialistas, mas mantendo as linhas de troca com os países desenvolvidos; por fim, apoiar a independência de novas nações visando-se atingir seu possíveis mercados assim como condizer com o pilar tradicional da diplomacia brasileira da autodeterminação dos povos (Khalil; Alves, 2014, p. 688-689).

Em termos práticos do relacionamento com a União Soviética e sua zona de influência, o único revés de maior significância foi o rompimento diplomático com Cuba, tendo a nação caribenha passado por uma revolução de cunho socialista cerca de cinco anos antes, de forma que já em 1965 o Ministro do Planejamento brasileiro, Roberto Campos, realiza uma visita oficial à Rússia, sinalizando o não rompimento de fato com o Bloco Socialista (Garcia, 2005 apud Khalil; Alves, 2014).

Segundo Vizentini (2004, p. 61), a manutenção das relações com a URSS deu-se pelos interesses comerciais de ambos os Estados, corroborando para tanto o perfil diplomático soviético de caráter não revolucionário em contraste com as práticas de Política Externa cubanas e chinesas no período, de modo que o país não apresentasse de fato ser “um perigo vermelho” que preocupasse os militares brasileiros, de modo que o discurso anticomunista “não correspondeu plenamente à prática”, não se visando um novo rompimento com o Bloco Soviético. Como consequência prática, ainda em julho de 1964, Castelo Branco corresponde-se com Krushev, demonstrando o interesse do Governo Brasileiro em expandir as relações comerciais com a URSS. Com efeito, o então ministro do Planejamento, Roberto de Campos,

vai a Moscou reafirmar a cooperação econômica com a aquiescência do embaixador estadunidense Lincoln Gordon, que sobre a ocasião afirmou que: “não tem nenhum preconceito contra a ida da missão de Roberto de Campos a Moscou, pois trata-se apenas de uma questão de lucro, e o Brasil tem muito que vender à União Soviética, que tem o que comprar” (Dário de Notícias, 1965 apud Vizentini, 2004, p. 63).

Tendo em mente o aumento das trocas comerciais, Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, por sua vez, sublinham que o objetivo do governo brasileiro era o de efetivamente elevar o teor das interações para o nível econômico, de modo a suprir o déficit das capacidades materiais locais em tecnologia e maquinário, de modo a favorecer o desenvolvimento (Cervo; Bueno, 2002, p. 377-379).

Dessa forma, Caterina (2018) condensa os três motivos pelos quais as relações foram mantidas, motivos esses que se associam, como visto, com as capacidades materiais, ideias e práticas institucionais dos dois países, assim:

A manutenção das relações bilaterais procede desses três pontos: o fato de o anticomunismo da cúpula militar brasileira estar concentrado em Cuba e não na URSS, mudanças domésticas importantes em curso na superpotência socialista, e a possibilidade de a mesma exercer um papel importante na industrialização do Brasil (Caterina, 2018, p. 78).

A Castelo Branco, sucede-se Arthur da Costa e Silva. Inicialmente Ministro da Guerra de Castelo Branco, Costa e Silva foi eleito indiretamente para a Presidência da República e empossado em 15 de março de 1967 (Skidmore, 1994, p. 136). Sua ascensão não democrática após o Golpe de 1964 foi sintomática do recrudescimento que se operou em seu mandato, marcado sobretudo pela introdução do Ato Institucional nº 5(AI-5). Este, institucionalizou a repressão, uma vez que em seus artigos suspende as garantias constitucionais de direito, permite a cassação de mandatos políticos em todas as instâncias da Federação e autoriza o presidente a fechar o Congresso Nacional e demais órgãos legislativos, cujas funções concentraram-se nos representantes do executivo por meio de decretos-lei (Brasil, 1968a). Pela via autoritária, informações foram censuradas e limitadas (Skidmore, 1994, p. 160), de forma que as discussões sobre as Relações Brasil-URSS nesse período, conjuntamente com a primariedade das mesmas, provaram-se escassas. Ademais, “Nos seis meses seguintes o governo promulgou uma série de atos institucionais, atos suplementares e decretos, todos visando a aumentar o controle executivo e militar sobre o governo e os cidadãos” (Skidmore, 1994, p. 161).

Não obstante, para a Política Externa, Costa e Silva significou um rompimento com as diretrizes castelistas, passando-se a se opor à Casa Branca mais abertamente em busca de uma

diplomacia associada aos interesses da burguesia nacional desfavorecida pela abertura transnacional do governo anterior, voltando-se assim para a autonomia na busca do desenvolvimento. Sob a Chancelaria de Magalhães Pinto e sua “Diplomacia da Prosperidade” tem-se um novo olhar sobre a conjuntura da Guerra Fria: do antagonismo entre as duas superpotências emergiria a oposição entre Norte e Sul, compostos por nações ricas e pobres respectivamente, definindo o Brasil como um país do Terceiro Mundo aliado ao Ocidente, mas não pertencendo-o integralmente. Apesar disso, manteve-se o padrão de Castelo Branco nas relações com a Europa Oriental, isto é, relações essencialmente econômicas (Vizentini, 2008, p. 45).

Ao final de agosto de 1969, Costa e Silva sofreu um acidente vascular cerebral, afastando-se da Presidência da República. Em seu lugar, ao invés de assumir o cargo o Vice-Presidente civil Pedro Aleixo, sobe ao poder o triunvirato militar da Segunda Junta Militar de 1969, permanecendo por um período de dois meses nos quais novas medidas repressivas foram implementadas, tais como a extinção temporária do cargo de Vice-Presidente, a pena capital, implementação efetiva de uma nova Lei de Segurança Nacional, entre outros, sendo por isso, como aponta a bibliografia, o início dos “anos de chumbo” do Período Militar no Brasil. A Junta terminaria, por fim, indicando seu sucessor (de mesmo perfil repressivo) na figura do General Emílio Garrastazu Médici, sendo este empossado presidente ainda em outubro de 1969 (Vizentini, 2004, p. 131). Sob Médici, a ideia de nacionalismo passou a ser entendida como a promoção do crescimento econômico interno pelo aumento das exportações acima do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) intensificando-se por isso as trocas comerciais com a Europa Oriental (Vizentini, 2004, p. 146). Assim, o crescimento e a acumulação de capital foram priorizados, ensejando um modelo nacional-autoritarista que passou a refletir-se também nas práticas da Política Externa na ideia do “Brasil Potência”:

o nacionalismo tinha seu conteúdo e âmbito de atuação alterados, pois fazia-se necessário obter um bom desempenho financeiro-comercial e diplomático no plano externo, como forma de garantir a estabilidade política e o conservadorismo social no plano interno, via crescimento econômico. (Vizentini, 2004, p. 135).

Contudo, havia uma dissonância na definição da inserção internacional brasileira, causada sobretudo pela rivalidade entre o Ministério da Fazenda e o MRE - ao passo que este primeiro prezava pela aliança exclusiva com os países capitalistas centrais do Primeiro Mundo, o segundo almejava uma maior aproximação com o Terceiro Mundo e o multilateralismo. Somava-se ainda a existência do Conselho de Segurança Nacional, balizando a atuação do

Itamaraty em “objetivos nacionais permanentes” (Camargo; Ocampo, 1998, p. 37 apud Vizentini, 2004, p. 136). Na prática, sob o chanceler Mário Gibson Barboza, são realizados ajustes formais na matriz diplomática herdada do generalato anterior, abandona-se o terceiro-mundismo em prol do pragmatismo, priorizado em alianças bilaterais interessantes para os objetivos do Governo. Ao nível das relações multilaterais, restou a atuação em questões de caráter econômico ligadas à conjuntura internacional. Esse novo ajuste da Política Externa veio ao encontro com o cenário de expansão econômica vivido no período, com o crescimento das economias europeias e da japonesa, assim como, e de maior interesse para esse trabalho, da economia soviética, o que proporcionou uma melhora nas relações entre os dois países, partindo-se primeiro do aumento do fluxo comercial para então a intensificação dos contatos diplomáticos em âmbito institucional (Vizentini, 2004, p. 71).

A subida de Ernesto Geisel, presidente do Brasil entre 1974 e 1979, significou uma retomada do pragmatismo castelista (Skidmore, 1994, p. 160). Nessa seara, inicia de forma autônoma a abertura do regime pautada na liberalização política gradual, vislumbrando-se uma transição de retorno ao Estado Democrática de Direito. Segundo Spektor (2004, p. 210), tal movimento foi pensado para diminuir as disputas entre diferentes facções militares, bem como sanar o distanciamento destas do corpo político brasileiro, afastando-se assim das tendências da ala “linha dura” e retomando os aspectos pragmáticos associados aos governos pré 1964. Assim, Cervo (1994, p. 43) aponta que sob Geisel, e seu chanceler, Azeredo da Silveira, implementou-se uma Política Externa marcada pela busca de maior autonomia e pragmatismo nas relações internacionais, de modo que sua administração foi um período de transição e de reorientação da PEB, distanciando-se do alinhamento automático com os Estados Unidos mais acentuadamente, que os governos militares anteriores, adotando-se uma nova abordagem denominada como "Pragmatismo Responsável". Buscando-se uma política de universalismo, estabeleceram-se relações com um maior número de países, independentemente de suas orientações políticas. Esse movimento incluiu o fortalecimento das relações com países recém independentes em África alinhados à União Soviética tais como Angola e Moçambique e a busca de maior cooperação com países da Europa e da Ásia, contornando-se Washington no processo: “o pragmatismo seria uma expressão da tentativa brasileira de ganhar maior espaço de manobra em um sistema dominado pelas grandes potências.” (Spektor, 2004, p. 195). Não obstante, as diretrizes para com a URSS sofrem alterações, buscando-se de fato uma aproximação entre os dois países em um cenário de relativo declínio dos Estados Unidos (Spektor, 2004, p. 195). Contudo, por mais que se tenha estabilizado e intensificado as relações com o Leste-Europeu, Cervo (1994, p. 238) aponta que ao final do Governo Geisel, nenhuma

das vinte maiores embaixadas brasileiras em número de servidores encontravam-se na região, ilustrando a relativa pouca importância dada à mesma pelo Itamaraty.

João Baptista de Oliveira Figueiredo chegaria ao planalto em 1979, sendo, portanto, o último presidente do Período Militar. Apontado por Geisel como seu sucessor, perpetuou, na forma do Universalismo, como aponta a academia (Vizentini, 2004, p. 271), o pragmatismo característico da Política Externa de seu antecessor, diferenciando-se em um cenário de abertura política e transição democrática, *pari passu* com a proposição de inserção diplomática e aproximação com o Terceiro Mundo, gerou uma diversificação de ideias para a Política Externa em termos de maior ou menor alinhamento com os Estados Unidos e a busca de pela autonomia e inserção regional, vindo a prevalecer as diretrizes anteriormente definidas (Ferreira, 2006, p. 121).

Talvez o fato mais marcante nas Relações Brasil-URSS durante o Governo Figueiredo tenha sido a não-adesão do Brasil ao boicote às Olimpíadas de Moscou de 1980 nem ao embargo aos grãos-soviéticos, ambos os movimentos constituintes da contrarreação ocidental à Invasão Soviética do Afeganistão ocorrida em 1979. De fato, nos primeiros anos do Governo Figueiredo, conjecturou-se uma maior interação entre os dois países, a iniciar-se pela cerimônia de posse de Figueiredo, em 15 de março de 1979. Nesse referido ano, pela primeira vez, uma delegação soviética participou da posse de um presidente brasileiro. No caso, a comitiva era comandada pelo Presidente do *Presidium* do Soviete Supremo, V. V. Kuznetsov. No mesmo ano, um novo acordo comercial é assinado no âmbito da Câmara de Comércio e Indústria da URSS e sua homóloga brasileira, objetivando o aprofundamento das relações comerciais com ganhos econômicos relacionados à indústria (Volchek, 1985, p. 31 apud Vizentini, 2009, p. 72).

Como enunciado, essa aproximação repercutiria já no início da década de 1980, com a não adesão brasileira ao embargo comercial à URSS decretado pelos EUA sob a administração Carter, em decorrência da Intervenção Militar Soviética no Afeganistão, iniciada ainda em dezembro de 1979, contrariando assim as demandas de Washington, relacionando-se tal postura com a manutenção e oportunidade de ampliação do comércio entre os dois países, relacionando-se assim com as capacidades materiais: “Na concepção do ministro da Fazenda, Carlos Rischbieter o Brasil poderia tirar proveito da situação criada pelo embargo, vendendo soja, enquanto o da Agricultura, Amaury Stabile, esperava reações positivas nos preços internacionais do produto.” (Vizentini, 2004, p. 325). Dessa forma, o Brasil participou das Olimpíadas de Moscou em 1980 apesar da pressão para que o país aderisse ao boicote. Não

obstante, já em 1981 é lavrado o Acordo de Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e URSS (Brasil, 1981)<sup>3</sup>.

Com a ida de Delfim Neto à Moscou em 1982, cria-se a Comissão Intergovernamental Soviético-Brasileira para Cooperação Econômico-Comercial e Técnico-Científica, cujas atividades se iniciaram em Brasília, somando-se também o intercâmbio de delegações parlamentares realizadas entre os dois países inicialmente em 1980 e retomadas de forma consecutiva entre 1982 e 1984 (Vizentini, 2009, p. 73).

Dado o exposto das ideias, tem-se que durante a Ditadura Civil-Militar, o regime logrou subverter o Estado Democrático de Direito, reprimindo assim os movimentos contrários ao seu projeto de poder. Nesse contexto, o anticomunismo tornou-se não apenas uma política de Estado, mas um princípio orientador que moldou tanto a política interna quanto às relações exteriores do país, ainda que, como será visto, permeado por contradições. Paralelamente, o desenvolvimentismo, com suas políticas de industrialização e modernização econômica, foi uma faceta crucial do projeto nacional reabilitado a partir do Governo de Arthur da Costa e Silva. Além disso, a manutenção das relações com a União Soviética, apesar das divergências ideológicas evidentes, ilustra as complexidades e pragmatismos que caracterizaram a diplomacia brasileira sob o regime autoritário.

### 3.4 CAPACIDADES MATERIAIS: COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-URSS

Como previsto pelo modelo coxiano e observado factualmente na explanação anterior, as ideias desenvolvimentistas da época que permitiram a continuidade das relações Brasil-URSS preocupam-se diretamente com o avanço das capacidades materiais brasileiras para se atingir o desenvolvimento, vendo na União Soviética um aliado interessante para tanto. Dessa forma, cabe aqui analisar agora as trocas comerciais efetuadas entre os dois países, no espaço de tempo em foco, buscando-se responder às seguintes questões: No que se consistiam em essas trocas? Para quem a balança comercial era mais favorável? Seu caráter manteve-se o mesmo ou sofreu alterações ao longo dos 21 anos analisados?

De forma geral, as relações comerciais com a União Soviética, e Leste Europeu como um todo, parecem ter possuído dois períodos ao se levar em consideração sua intensidade. O primeiro corresponde aos mandatos de Castelo Branco, Costa e Silva, e Médici, ao passo que o outro nos governos Geisel e Figueiredo. Informações precisas em termos de qualidade e

---

<sup>3</sup> Decreto Legislativo nº 71, de 16 de abril de 1981.

quantidade do comércio bilateral provaram-se de difícil compilação e pontualmente documentadas pela bibliografia consultada, avolumando-se mormente com o aprofundamento das relações com o decorrer do tempo.

Partindo-se de Castelo Branco, a viagem de Roberto de Campos à URSS, mencionada anteriormente, proporcionou a abertura para ambos os mercados e tornou-se o ponto de partida para uma série de iniciativas comerciais. Em 1966, por exemplo, com a vinda do ministro soviético do comércio exterior, Nikolai Patolichev, ao Rio de Janeiro, é assinado o Protocolo sobre Fornecimento de Maquinário, conhecido como “Protocolo Patolichev”, consistindo em um acordo que proporcionou ao Brasil um crédito de US\$ 100 milhões para a compra de maquinário soviético, abrangendo empresas estatais e o setor privado, em um período de três anos de vigência (Vizentini 2004, p. 64). Tal protocolo, porém, não logrou diversificar as exportações soviéticas ao Brasil, concentradas sobretudo no fornecimento de petróleo (Caterina, 2018, p. 88). Dessa forma, as relações entre Brasil e URSS após o Golpe de 1964 se deram pelo contato comercial reduzido e ponderação de vantagens.

Como destaca Caterina (2018), em 1967 o Brasil já se posicionava como o segundo principal parceiro comercial dos soviéticos na América Latina, enfrentando, todavia, um volume menos expressivo do que no período entre 1962 e 1963. Em termos práticos, de acordo com Vizentini (2004, p. 123), em 1967 a União Soviética importou do Brasil café, algodão e amendoim, café solúvel, malhas, calçados, suco de frutas, geleia, eletrodomésticos além de bens industriais. Já em 1969, ficou claro para ambas as partes a assimetria na balança comercial, com esta favorecendo o Brasil em relação ao agregado da Europa Oriental, tal desequilíbrio devia-se sobretudo a forma como o Brasil administrava seus saldos e débitos - ao passo que as exportações eram pagas à vista, as importações brasileiras eram parceladas. Para solucionar essa questão, no mesmo ano passou a vigorar o Acordo Brasil-URSS, simplificando a conversibilidade cruzeiro-rublo e ensejando a abertura de escritórios comerciais na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, como será visto, tal acordo não logrou êxito, permanecendo a balança comercial assimétrica ao longo de todo o período.

Ademais, o Governo Médici herdou de Costa e Silva uma economia em crescimento expressivo, porém estratificada, caracterizada por grandes investimentos governamentais em infraestrutura, transporte e geração energética (Vizentini, 2004 p. 133). Durante o Governo Médici, destacou-se Delfim Netto, que atuou como Ministro da Fazenda entre 1967 e 1974; servindo brevemente como Ministro da Agricultura em 1979 e posteriormente Ministro da Secretaria do Planejamento da Presidência do Brasil, atuando, dessa forma, nas presidências Costa e Silva, Médici e Figueiredo. A gestão de Delfim passou para a historiografia como o

“milagre econômico” logrou o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e a atração de investimentos internacionais (Antonio [...], c2008), atraindo, como visto, maior interesse soviético.

Não obstante, sob Médici, a ideia de nacionalismo passou a ser entendida como a promoção do crescimento econômico interno pelo aumento das exportações acima do crescimento do Produto Interno Bruto (Vizentini, 2004, p. 146), intensificando-se por isso as trocas comerciais com a Europa Oriental, ao passo que esta, por sua vez, se interessava pelo Brasil. Entre 1969 e 1974, o café continuou a ser o principal artigo brasileiro exportado, juntamente com açúcar e algodão.<sup>4</sup> Em termos de importação, tem-se trigo, maquinário pesado e químicos para abastecer a indústria nacional. A URSS expressou o desejo de diminuir o desequilíbrio na balança comercial, uma vez que a URSS importava 10 vezes mais do que era exportado ao Brasil (Vizentini, 2004, p. 177). Um destaque no Governo Médici foi a assinatura do contrato entre a estatal soviética *Energomashexport* e a estatal brasileira Companhia Energética de São Paulo (CESP), em outubro de 1970, acordando-se a importação de 41 turbinas geradoras, no valor de US\$ 36,5 milhões (Hurrell, 2013, p. 229), para a Usina Hidroelétrica da Capivara no montante de o de US\$ 12,5 milhões bem como, em contrapartida, um acordo sobre a exportação 1,2 milhões de sacas de café<sup>5</sup> entre a soviética *Soyzplodoimport* e o Instituto Brasileiro do Café (IBC) (Vizentini, 2004, p. 176), adicionalmente gerando nas autoridades soviética a expectativa de participação em novos projetos hidrelétricos como forma de diminuir o desnível da balança comercial, questão manifesta pelo vice-ministro do Comércio Exterior da URSS, Vladimir Alkhimov: “nossas exportações para o Brasil não são estáveis. Estamos exportando equipamentos energéticos, relógios, equipamentos para imprensa e laboratórios, mas tudo isso ainda é muito pouco, pois o mercado brasileiro só agora toma conhecimento de nossos produtos.” (Jornal do Brasil, 1972, p. 19 apud Vizentini, 2004, p. 177).

Nesse sentido, o Governo Médici viu um incremento do fluxo comercial com os países do Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), engajado por ambos os lados e condizente com a mentalidade político-econômica vivida pelos dois países. Assim, com os dados do Banco do Brasil, fornecidos por Hurrell (2013, p. 228 - 230), tem-se um aumento de 222% das exportações brasileira ao Bloco entre 1970 e 1974; elevando-se de um montante total de US\$ 123 milhões para US\$ 396 milhões respectivamente, ao passo que as importações da Europa Oriental cresceram, mesmo quem em menor proporção, em 205%, partindo-se de US\$ 52 milhões para US\$ 157 milhões. Nesse período operou-se também a primeira exportação de

---

<sup>4</sup> Em 1970, esses três artigos representaram 79% do total exportado à URSS (Hurrell, 2013, p. 230)

<sup>5</sup> Valores exatos em Hurrell, 2013, p. 229.

açúcar brasileiro para a URSS, na forma de 200 mil toneladas do produto, abrindo-se assim um novo mercado consumidor para o Brasil, que permanece até os dias atuais (Vizentini, 2004, p. 193).

Sob Geisel, aumentou-se a relevância dada ao comércio com o Bloco Oriental, sobretudo com a URSS, vista agora como um meio e necessário para a diversificação de parcerias, acentuando o ritmo das trocas até então existentes e aumentando o nível de interação em outras esferas, sobretudo no último biênio de Geisel. Tem-se, por exemplo, a ida do Ministro da Saúde de Geisel, Paulo de Almeida Machado, a Alma Ata, em 1978, para oficialmente representar o Brasil na Conferência Internacional sobre Atendimento das Necessidades Básicas de Saúde. No mesmo ano, Valentin Felin, embaixador soviético na República Federal Alemã, afirmou que seu país via como necessário o Acordo Nuclear-Brasil Alemanha para a manutenção da paz, representando a primeira manifestação soviética desse tipo em relação ao Brasil (Jornal do Brasil, 1977, p. 2 apud Vizentini, 2004, p. 238).

Contudo, apesar do aumento da interação, a URSS não participou da licitação sobre o fornecimento das turbinas geradoras da Usina de Itaipu, gerando um mal-estar entre os soviéticos, uma vez que tal fornecimento contribuiria para diminuir o desbalance comercial de US\$ 800 milhões favoráveis ao Brasil, alegando a Embaixada Soviética que o Governo Brasileiro não apresentou formalmente um convite para as tratativas sobre o fornecimento de material à Itaipu Binacional. Entretanto, os soviéticos se fizeram presentes em outros projetos, como no fornecimento de maquinário para a Usina de Porto Primavera, de propriedade da CESP, além de realizarem consultorias à mesma empresa (Vizentini, 2004, p. 239).

Com Figueiredo, dá-se a conclusão do processo de abertura iniciado por Geisel. Após o segundo choque do petróleo e a subsequente contramedida estadunidense de aumentar os juros incidentes sobre o dólar, a dívida externa brasileira, assim como dos demais países latino-americanos, expande-se fortemente em um cenário de fortalecimento de Washington perante a União Soviética e o Terceiro Mundo (Vizentini, 2008, p. 62).

Em relação ao Bloco Oriental, manteve-se o padrão de Geisel, ou seja, procurou-se, de forma relativamente bem-sucedida, com o aumento das relações comerciais com a retomada, por mais que pontuais, das interações políticas, fixando com o Bloco uma meta de 40 bilhões de dólares até 1985 para o agregado total do comércio, compreendendo nos pormenores da meta a repadronização das importações, aumento das exportações de bens agrícolas, realização de projetos anteriores e exportação de serviços. Com a URSS em específico, o Brasil logrou adquirir o know-how necessário para a produção de etanol derivado de eucalipto após experimentações com madeira brasileira em Moscou (Vizentini, 2004, p. 324). Ademais, como

visto, com a Invasão Soviética ao Afeganistão, entre 1979, o Brasil optou por não aderir ao embargo comercial à URSS, preferido, pelo contrário, empenhar-se no suprimento de *commodities* agrícolas ao país gerando subsequentemente o descontentamento de Washington, o qual foi notificado pela diplomacia brasileira que o país não iria aderir ao embargo era de “interesse nacional” (Vizentini, 2004, p. 326). Ademais, o posicionamento brasileiro proporcionou o ambiente para a prorrogação dos acordos de fornecimento de maquinário soviético e bens agrícolas brasileiros até 1982 assim como firmou-se o envolvimento soviético construção da Hidrelétrica de Porto Primavera (Vizentini, 2004, p. 324).

### 3.5 INSTITUIÇÕES NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES BRASIL-URSS

Dando continuidade à investigação sob a ótica coxiana das Relações Brasil-URSS, questiona-se: quais instituições estiveram presentes? Qual função desempenharam? Informações mais aprofundadas sobre as instituições fruto da dinâmica envolvendo Brasil e União Soviética durante o Governo Militar mostraram-se de mais difícil localização e aprofundamento. Destarte, pode-se dizer que estão ligadas diretamente, como previsto pelo embasamento teórico adotado, com as ideias de desenvolvimentismo brasileiro e convivência pacífica soviética, atuando, dessa forma, como um dos principais meios pelos quais se deram as manifestações práticas das relações entre os dois países.

Um exemplo pertinente para este trabalho, apresenta-se na forma do Grupo de Coordenação de Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental (COLESTE) que foi um órgão do governo brasileiro diretamente subordinado à Presidência da República criado em 1962 com o objetivo de coordenar e promover o comércio entre o Brasil e o Bloco Oriental. O COLESTE era composto por representantes de diversos ministérios e setores da sociedade civil brasileira ligados ao comércio, indústria e agronegócio, funcionando sob a supervisão do MRE assim como do Ministério da Fazenda e do Ministério das Minas e Energias. Inicialmente, sua função principal era providenciar o estabelecimento de uma política comercial estável entre o Brasil e o Leste Europeu (Brasil, 1962).<sup>6</sup>

Posteriormente ao Golpe de 1964, o Grupo não somente foi mantida como, em 1968, já sob Costa e Silva e refletindo sua “Diplomacia da Prosperidade”, sofreu a primeira de uma série de reestruturações, elevando-se formalmente para Comissão de Comércio com a Europa Oriental, sob a orientação do Itamaraty, e expandindo suas diretrizes para o auxílio na

---

<sup>6</sup> Decreto nº 1.880, de 14 de dezembro de 1962

negociação de acordos comerciais e de cooperação; a promoção a participação de empresas brasileiras em feiras e eventos comerciais na Europa Oriental; a divulgação de informações sobre o mercado brasileiro e os produtos brasileiros nos países socialistas da Europa Oriental além de “tratar de todos os aspectos das relações econômico-comerciais do Brasil com países e empresas da Europa Oriental” (Brasil, 1968b).<sup>7</sup> Entretanto, como destaca Soares (1975), a Comissão não possuía poder efetivo de efetuar contrato, estando para isso incubido um agente diplomático próprio: “No caso de contratos da União, Estados ou Municípios as negociações em geral se fazem via diplomática, preferindo-se contatos diretamente com o Ministério do Comércio Exterior em Moscou, e posterior acreditamento ‘*ad hoc*’ de agente brasileiro para assinar os contratos.” (Soares, 1975, p. 245).

Todos os próximos presidentes militares, isto é, Médici, Geisel e Figueiredo emitiram decretos suplementares em relação à Comissão, eventualmente alterando seu quadro de participantes e regime de funcionamento, mas essencialmente preservando suas atribuições nos termos de 1968 (Brasil, 1972, 1977, 1979)<sup>8 9 10</sup>. Interessantemente, assim como a Comissão continuou existindo com a ascensão dos militares, sua articulação permaneceu inalterada com o advento da Sexta República, refletindo uma continuidade de Goulart até Itamar Franco, quando do mandato deste último, foi extinta em 1994, após o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética, transferindo-se as suas funções para o Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores (Brasil, 1994).<sup>11</sup>

Uma vez explorados os aspectos formais da trajetória da Comissão, passa-se agora para sua desenvoltura prática. Como apontam Cervo e Bueno (2002) a COLESTE contribuiu para a aceitação política entre os governos socialistas e o Regime Militar, agregando os meios diplomáticos e econômicas bilaterais em um canal de diálogo estendido à todo bloco da Europa Oriental, permitindo ao Governo Brasileiro, conjuntamente com a reativação das comissões mistas e delegações específicas, incutir o desenvolvimentismo e orquestrar o fluxo comercial em seu favor. Como fruto da reestruturação e elevação em 1968 vista anteriormente, os autores citados revelam que, já no ano seguinte, 1969, a COLESTE reuniu-se cinco vezes com a participação total de 100 empresas brasileiras (Cervo; Bueno, 2002, p. 379)

Entre 1970 e 1971, a Comissão, juntamente com outras instituições brasileiras como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Instituto Brasileiro do Café participaram de

<sup>7</sup> Decreto nº 62.225, de 5 de fevereiro de 1968.

<sup>8</sup> Decreto nº 71.509, de 7 de dezembro de 1972.

<sup>9</sup> Decreto nº 79.650, de 4 de maio de 1977.

<sup>10</sup> Decreto nº 84.254, de 3 de dezembro de 1979.

<sup>11</sup> Decreto de 24 de novembro de 1994.

diversas feiras de negócios em todo Leste Europeu, dentre elas a Feira de Zagreb, de setembro de 1969, a Feira de Primavera de Leipzig em março de 1970, da Feira de Budapeste entre maio de junho do mesmo ano, a Feira de Poznan, igualmente em junho, a Feira de Plovdiv em setembro, dentre outras, demonstrando não só o interesse de aumentar a presença brasileira na União Soviética, mas na COMECON como um todo. Nesse ínterim, foram assinados contratos de vendas totalizando mais de US\$4,5 milhões com a participação de, em média, 28 companhias brasileiras (Vizentini, 2004, p. 174).

Como visto anteriormente, os trabalhos da comissão mostraram-se bem-sucedidos ao conseguir estabelecer um fluxo comercial com o Bloco Oriental, e principalmente com a URSS, sua maior economia e mercado, efetivamente aumentando as exportações brasileiras de produtos tais como café, cacau, carne e algodão para importar bens de capital interessantes para a estratégia brasileira de diversificar seus parceiros comerciais, diminuindo a dependência dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. De fato, a Comissão veio a extinguir-se somente com a mudança para um novo Bloco Histórico e a adoção, como se verá no capítulo II, de um novo escopo de ideias para a economia, suplantando o desenvolvimentismo nacionalista já não mais em voga.

Outros atores institucionais envolvidos são as Comissões Mistas e Representações Comerciais. Já em 1966, o Governo Brasileiro manifestava necessitar da abertura de uma representação comercial soviética na cidade de São Paulo, efetivamente instalada em 1967, para atuar juntamente com o setor privado paulista na execução de projetos e negócios (Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, 1966 *apud* Caterina, 2018, p. 87). Assim, outras entidades se mostraram relevantes para a manutenção das relações e fluxo comercial com a URSS, dentre elas, está a Comissão Mista Brasil-URSS. Como destaca Ramiro Saraiva Guerreiro, futuro chanceler de Figueiredo, as comissões mistas oficiais e representações comerciais desempenharam um papel importante no relacionamento entre os países de economia planificada do Leste e o Brasil, proporcionando o contato de agentes públicos, assim como privados com as companhias estatais soviéticas (Guerreiro, 1992 *apud* Vizentini, 2004, p. 323). Tal contato, como esclarece Soares, ainda era favorecido pelo fato de que tais empresas soviéticas eram controladas, à época, diretamente pelo Ministério do Comércio Exterior Soviético (Soares, 1975, p. 214).

Prova dessa atuação institucional ocorreu em 1977, quando a Comissão Mista se reuniu para tratar do desequilíbrio crônico da balança comercial, motivo pelo qual as relações Brasil-URSS não eram consideradas ideais pelos soviéticos em um cenário no qual o país era um dos principais destinos das exportações brasileiras no mercado europeu. Uma solução encontrada

durante as negociações foi a renovação do Acordo de Fornecimento de Petróleo no Brasil, por iniciativa da Petrobrás e logrando a manutenção das relações pela via das capacidades materiais (Vizentini, 2004, p. 239).

Em suma, as Comissões Mistas e Representações Comerciais desempenharam papéis fundamentais nas relações entre Brasil e URSS ao longo das décadas, facilitando o diálogo entre entidades públicas e privadas de ambos os países. Desde a abertura da representação comercial soviética em São Paulo na década de 1960, essas instituições foram essenciais para enfrentar desafios como o desequilíbrio na balança comercial e para manter os fluxos econômicos bilaterais, como evidenciado pela renovação do Acordo de Fornecimento de Petróleo entre Brasil e URSS. Assim, ao longo do tempo, demonstraram ser canais vitais para a cooperação e a continuidade das relações comerciais entre países de sistemas econômicos distintos.

### 3.6. CONCLUSÕES PRELIMINARES

Dada a discussão temática, tem-se que a Guerra Fria representou um novo Bloco Histórico, com a divisão do mundo entre as zonas de influência dos dois Hegemons e proporcionou o ambiente para a proliferação do anticomunismo no Brasil bem como o contexto para a ascensão dos militares com o Golpe Estado de 1964 em uma tentativa forçada alinhamento com os EUA e por este endossada.

Contudo, o anticomunismo inicialmente presente logo perdeu espaço para o pragmatismo herdado da prática diplomática anterior, o que levou o regime a buscar o desenvolvimento autônomo do país e a evitar se submeter à influência de qualquer potência estrangeira, idealizando-se um “Brasil Potência” e indo de encontro à URSS que, passada pela desestalinização, pretendia expandir sua zona de influência pelas vias da diplomacia à partir das bordas da influência dos Estados Unidos. Apesar da variação de presidentes militares, e diferentes tônicas para a Política Externa, o direcionamento para a União Soviética aprofundou-se gradualmente através de uma parceria comercial de Castelo Branco para o alinhamento diplomático sob Figueiredo.

Nas capacidades materiais, a URSS se tornou um parceiro comercial estratégico para o Brasil na forma de porta de entrada para o mercado Leste-Europeu, especialmente na compra de produtos agrícolas e na venda de petróleo e bens manufaturados. Essa relação comercial era vista como benéfica para o desenvolvimento econômico brasileiro, especialmente durante a década de 1970, quando o país buscava diversificar seus parceiros comerciais e reduzir a dependência dos Estados Unidos. Além disso, a URSS também buscou expandir seu comércio

com o Brasil, preocupando-se sobretudo em mitigar o déficit que possuía na balança comercial, esta por sua vez, favorável ao Brasil durante todo o período. Contudo, a predominância de exportações brasileiras de *commodities* de menor valor agregado, mas em maior volume em relação às importações vindas da URSS, compostas estas por itens industrializados de maior valor agregado e tecnologia, demonstram que os setores da economia brasileira que mais se beneficiaram com as relações foram mais diretamente o agronegócio, e em segundo lugar o setor industrial pelo incremento de geração energética.

As instituições centraram-se, como visto, eminentemente nas comissões propícias ao contato bilateral, tal como a COLESTE e a Comissão Mista Brasil-URSS, estando a sua preservação e posteriores reformulações, uma evidência da manutenção da política pragmática e um instrumento diretamente relacionados às ideias e as capacidades materiais, essencialmente atuando como meio de propagação das primeiras e alinhamento e expansão das segundas.

## **4 GOVERNO BOLSONARO E AS RELAÇÕES COM A FEDERAÇÃO RUSSA**

Visto o contexto internacional do qual se deram as relações Brasil-URSS a época do Regime Civil-Militar assim como as dinâmicas interrelacionadas das ideias, capacidades materiais e instituições nelas presentes, parte-se agora para a segunda parte da discussão temática deste trabalho, espelhando-se a estrutura do capítulo anterior baseada na Teoria Crítica das Relações Internacionais. Desse modo, inicia-se pelo contexto internacional da construção de um novo Bloco Histórico Pós-Guerra Fria que proporcionou o âmbito no qual se deu a ascensão da Nova Direita de tendência autoritária e saudosista do regime militar, passando-se então para uma breve visita aos antecedentes das relações Brasil-Rússia com a redemocratização brasileira para então adentrar-se propriamente no Governo Bolsonaro (2018 - 2022), desenvolvendo este último tema na estrutura de ideias, capacidades materiais e instituições, constatando-se que o antiglobalismo e o alinhamento com o presidente estadunidense Donald Trump presentes na Chanceler Ernesto Araújo pouco afetaram as relações bilaterais, que mantiveram seu padrão geral pré-2018, graças o pragmatismo russo ao lidar com o Brasil e a posterior chegada de Carlos França ao Itamaraty, em um fenômeno semelhante ao visto no Capítulo I, já que a mudança de governo não implicou na mudança das relações; que o teor das trocas comerciais acentuam as tendências herdadas e subordinam-se à formulação da Política Externa bolsonarista voltada para a elite do agronegócio brasileiro, assemelhando-se ao padrão comercial com a URSS onde se exportava bens agrícolas brasileiros em contrapartida à insumos industrializados russos; e finalmente, ao nível institucional, que com Bolsonaro não apresentou novidades significativas em relação aos governos anteriores e de mostrou-se limitado quando contraposto ao adensamento institucional promovido pelo Regime Civil-Militar

### **4.1 CONTEXTO INTERNACIONAL: O PÓS-GUERRA FRIA E A NOVA DIREITA**

Quais as características do Bloco Histórico no qual o Governo Bolsonaro está situado? Como se deu sua construção? Com a queda da União Soviética em dezembro de 1991, iniciou-se um novo Bloco Histórico, com características herdadas do bloco anterior, assim como eventuais novidades que se desenharam com o decorrer da década de 1990. Se a ordem mundial da Guerra Fria era caracterizada pelo embate entre as duas superpotências, em uma relativa estabilidade hegemônica marcada pela bipolaridade, a dissolução do Bloco Oriental significou

a mudança da estrutura hegemônica para uma ordem unipolar centrada nos Estados Unidos da América:

As relações internacionais da década de 1990 (1991 – 2001) são determinadas pela hegemonia estadunidense, sua institucionalização da ordem mundial, a nova hierarquização do poder global, o aprofundamento do processo de globalização liberal e a difusão de princípios universais para a manutenção desta nova estrutura histórica (Bourscheid, 2014, p. 16).

Os pormenores da expansão do poder estadunidense ao longo da década de 1990 - “a década de crise” como a denominou Hobsbawm (1995), são inúmeros, de forma que sua abordagem fugiria do escopo deste trabalho. Contudo, alguns marcos são necessários para se compreender o processo histórico que contextualizam as relações entre Brasil e Rússia no século XXI.

Uma vez desimpedidas de seu principal adversário, as ideias neoliberais de livre mercado puderam se expandir para novas zonas, especialmente o Terceiro Mundo e os antigos países socialistas, que tendo aberto seus mercados, submeteram-se endividados às instituições instrumentais hegemônicas, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC). Nesse novo arranjo, paralelamente, aprofundou-se a competição econômica entre diferentes regiões do planeta, formando-se assim novos polos de integração supranacionais, tais como o Mercosul, ainda em 1991; a União Europeia, instituída em 1993; entre outros, para fazer frente à competição no mercado internacional globalizado por meio do protecionismo, rivalizando com e buscando mitigar a expansão estadunidense. Entretanto, como aponta Vizentini (2000, p. 200), a interdependência ocasionada pela abertura comercial, sobretudo entre os países mais ricos, proporcionou uma certa regulação acordada do teatro internacional por parte destes.

Dessa forma, os benefícios da nova ordem mundial foram, como previsto pela teoria coxiana, restritos no espaço e no tempo a um grupo específico de países. Interessantemente, como aponta Hobsbawm (1995), e mencionado anteriormente, a década de máxima hegemonia dos Estados Unidos foi também a que o autor denomina por “a década de crise”, uma vez que mesmo saindo vitorioso da Guerra Fria, o modelo de capitalismo neoliberal acaba por gerar uma série de crises econômicas nas franjas do sistema. Apesar disso, associada à narrativa do livre mercado, o neoliberalismo constituiu o principal corpo de ideias da unipolaridade estadunidense, de forma que esta pode espalhar-se pela antiga esfera de influência soviética e pela América Latina, na forma de “doutrinas de choque” que “tornaram-se receituário fundamental para as economias que quisessem equilibrar suas finanças, por meio de

empréstimos aos órgãos financeiros internacionais e, por conseguinte, serem aceitas no escopo da globalização liberal.” (Bourscheid, 2014, p. 25).

Como já visto em Cox (1987), são nos momentos de crise e agravamento das tensões sociais que as condições polarizantes propiciam o surgimento de movimentos autoritários que se apresentam como portadores das soluções para a crise. Segundo Hobsbawm (2007), tem-se nesse período o surgimento de diferentes movimentos políticos de cunho autoritário, compreendendo desde xenófobos e secessionistas até nacionalistas de extrema direita que paulatinamente corroem as instituições democráticas, fenômeno que tem sido chamado pela literatura atual como Nova Direita (Löwy, 2019). Apesar de diversa em suas especificidades conforme o local e momento de sua síntese, possui traços comuns baseados no resgate ao autoritarismo, lançando as premissas que propiciaram posteriormente a ascensão de Donald Trump nos Estados Unidos e de Jair Bolsonaro, no Brasil respectivamente.

Como destaca Vizentini, o fim da Guerra Fria fez cessar uma ordem que vinha se desenvolvendo desde a assinatura do Tratado de Versalhes, em 1919; lançando o mundo numa desordem política e instabilidade econômica que propiciaram a eclosão generalizada de conflitos (Vizentini 2000, p. 207). Em outras palavras, ocorreu o fim de um Bloco Histórico e o início de outro, menos previsível que o anterior. Ademais, com a quebra do monopólio da violência pelo modelo do Estado-nação e com o advento de novos atores internacionais e a globalização, os conflitos puderam transbordar o formato da guerra tradicional. Houve assim o advento do terrorismo e o desafio à força hegemônica (Hobsbawm, 2007), fenômeno emblemático na forma do atentado ao *World Trade Center* ocorrido na cidade de Nova York em 11 de setembro de 2001, que por sua vez, marcaria um ciclo de intervenções unilaterais por parte dos Estados Unidos assim como poria em marcha, juntamente com a posterior Crise Econômica de 2008 (Löwy, 2019), as forças centrífugas promotoras da polarização e do fortalecimento do discurso autoritário de direita.

O cumulativo dos eventos mencionados anteriormente foi, como novamente previsto pela teoria coxiana, o aumento da proeminência e popularidade da extrema-direita, que se beneficiou do aumento do número de desempregados, do empobrecimento das camadas populares e da perda de qualidade de vida da classe média. Como resultado, a polarização efetivamente alterou a atmosfera política mundial, manifestando-se na escala eleitoral pelo ganho de proeminência da direita política:

A ascensão da direita, especialmente, da extrema direita, foi significativa no cenário mundial, lembra a corrida eleitoral acirrada, nos Estados Unidos, protagonizada por Donald Trump e Hillary Clinton; na França, por Emmanuel Macron e Marine Le Pen;

na Alemanha, entre Angela Merkel e o partido ultradireitista AfD; como também no Brasil, pelos partidos PMDB, PSDB e o bloco partidário liderado por Jair Messias Bolsonaro e as igrejas evangélicas. Nesse contexto, percebe-se que houve uma significativa guinada no cenário político internacional, trazendo à tona a polarização dos partidos de direita, a direita tradicional e a extrema direita (Dornelles, 2017 apud Soares; Simões; Romero, 2020, p. 215).

Dessa forma, relevante para este trabalho é a eleição, em 2016, de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, representando uma contrarreação no próprio núcleo hegemônico propagador da globalização e do neoliberalismo econômico. A chegada de Trump ao poder foi arquetípica a ascensão da direita: galgando no descontentamento popular advindo da retração econômica e subsequente aumento do desemprego e marginalização social provocados pela Crise de 2008 (Löwy, 2019), Trump soube utilizar-se do ambiente polarizado propício para o surgimento da figura apaziguadora, focalizando seu discurso em torno da xenofobia e resgate de um passado glorificado que viria a ecoar, e como se será abordado mais à frente, nas ideias iniciais do Governo Bolsonaro para a Política Externa.

#### 4.2 ANTECEDENTES BRASIL-RÚSSIA: AFASTAMENTO E REAPROXIMAÇÃO

Antes de se entrar propriamente no Governo Bolsonaro, faz-se necessário percorrer brevemente o período entre 1985 e 2018, apontando sobretudo sua Política Externa e relações com a Rússia. Assim, percorre-se do governo de José Sarney (1985-1990) até o Governo de Michel Temer (2016-2018). Com a redemocratização, inicia-se uma nova fase na história brasileira. A Política Externa, por sua vez, passa a ser parametrizada por princípios constitucionais (Moraes; Riche; Uziel, 2017). Tais princípios, centrados na autodeterminação, não-intervenção, cooperação e busca por soluções pacíficas, entre outros, sublimaram as práticas e a postura tradicionalmente seguidas pelo corpo diplomático brasileiro, porém elevando-as do nível institucional à esfera legal constitucional (Moraes; Riche; Uziel, 2017).

Como ressalta Seitenfus (1989), a prioridade dos novos governos democráticos era mitigar as dificuldades econômicas e sociais herdadas, buscando-se o desenvolvimento e a integração. Dessa forma, a busca pela diversificação internacional em nome do desenvolvimento nacional propiciou a aproximação com a URSS, então em processo de reestruturação político-econômica (*Perestroika* e *Glasnost*). Vislumbrou-se no país de Gorbachev, que assumiu a liderança do governo soviético em 1985, uma alternativa aos Estados Unidos, assim como seus principais aliados, para o angariamento de cooperação tecnológica e transferência de *know how* necessários ao Brasil, uma vez que com o recrudescimento da Guerra

Fria, Washington passou a adotar uma política mais restritiva em relação ao compartilhamento técnico. Assim, a União Soviética, bem como o Bloco Oriental em uma perspectiva mais ampla, qualificaram-se como um destino estratégico para as exportações brasileiras, mesmo que estas estivessem limitadas pela crise de liquidez decorrente da crise econômica interna e pela distância entre as partes. Com efeito, já em 1985, o então chanceler Olavo Setúbal vai à Moscou, tornando-se assim o primeiro chanceler a fazê-lo na história das Relações Brasil-Rússia, apresentando aos soviéticos as novas disposições da PEB e que culminaram, no ano seguinte, na viagem de José Sarney à Moscou, evento que tornou Sarney o primeiro mandatário brasileiro em exercício a visitar a União Soviética (Côrtes, 2010, p. 154-155).

A última década do século XX representou um novo ciclo de afastamento entre Brasil e Rússia. Cada país reorientou sua respectiva Política Externa para se ajustar às demandas dos governos neoliberais que subiram ao poder nas duas nações, sendo estes mais preocupados com a adequação abrupta à recém-criada ordem mundial pós-Guerra Fria, de carácter recessivo e inflacionário. Ademais, como esclarecem Silva e Ilikova (2022), a *Perestroika* e a subsequente queda da União Soviética acabaram por reduzir o alcance internacional do Kremlin, diminuindo, conseqüentemente, a presença russa no palco Internacional. Contudo, por mais que o ritmo da aproximação e das trocas comerciais tenham se arrefecido em comparação, sobretudo, com a segunda metade da década de 1980 - as atividades associadas ao comércio exterior entre a Rússia e o Terceiro Mundo, em especial, terem decaído para um quarto do volume agregado anterior os anos 1990 não estiveram isentos de contribuições, por mais que esparsas. Parte desse esmorecimento é explicado pela reorientação russa para o Ocidente (Silva; Ilikova, 2022, p. 73). O Brasil, por sua vez, como visto, passava pela crise política e reorientação advinda do Governo Collor, limitando o avanço da cooperação bilateral russo-brasileira (Vizentini, 2009, p.74).

Em comparação com a relativa rotatividade de presidentes da república que se operou no Brasil após 1985, na recém-criada Federação Russa, esse mesmo período foi marcado primordialmente pela ascensão de Boris Yeltsin, que ocupou o cargo de presidente entre 10 de julho de 1991 e 31 de dezembro de 1999 (Segrillo, 2014). Em termos de Política Externa, Yeltsin passou a cooperar com o Ocidente e implementar o neoliberalismo econômico, preocupando-se assim com a inserção da Rússia na lógica capitalista e com a cooperação com os países centrais em detrimento da manutenção dos antigos laços, caracterizando assim um período de “vácuo geopolítico” russo (Sousa, 2012, p. 62). Ademais, os anos Yeltsin podem ser divididos, de certa forma, de acordo com a sucessão dos diferentes ministros dos assuntos estrangeiros nomeados pelo presidente, estes foram em sequência: Andrei Kozyrev entre 1991

e 1996, Yevgeny Primakov no período 1996 - 1998 e Igor Ivanov entre 1998 e 2004 (Segrillo, 2011, p. 67).

Kozyrev, buscou aproximar a Rússia dos EUA e da Europa Ocidental. Porém, devido a pressão exercida pela oposição, teve que realizar concessões em sua abordagem, abandonando o viés unicamente ocidentalista. Com a frágil sustentação de Yeltsin no poder a partir de 1995, é substituído por Primakov, ex-diretor da inteligência soviética. Este, por sua vez, reorientou a Política Externa russa para uma aproximação com as antigas repúblicas constituintes da URSS, bem como buscou restabelecer a Rússia ao antigo *status* do período soviético. Segundo Zhebit (2019), Primakov criou as bases paradigmáticas da moderna Política Externa russa: pregando a não existência de adversários ou aliados permanentes, somente a adesão por interesses comuns. Com isto, o pragmatismo passou a ser a bússola da Política Externa russa, sendo que essa passa a ser ativa e multidirecional, como explica o autor: “a todos os azimutes”, com focos nos Estados Unidos, na Europa, na China, no Japão, na Índia, no Oriente Médio, na região da Ásia e do Pacífico, na América Latina e na África” (Zhebit, 2019, p. 424.) Entretanto, em 1998, Primakov pede demissão após dissonâncias com Yeltsin a respeito da intervenção da OTAN no Kosovo, sendo desfavorável à esta, desagradando Washington, que por sua vez, pressionou o presidente a demiti-lo. Assim, nos anos finais do governo Yeltsin, Ivanov assumiu a frente da Política Externa russa, mantendo a linha pragmática de seu anterior (Segrillo, 2011, p. 69).

Tal pragmatismo russo encontrou-se com a mesma postura por parte dos governos brasileiros durante Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, durante os quais as relações entre os dois países novamente se intensificaram. Segrillo (2015, p. 74) aponta que o progresso das relações propiciou a visita de Cardoso à Moscou em 2002 e a subsequente visita do presidente russo, Vladimir Putin ao Brasil em 2004. Para Vizentini (2008, p. 97), a intensificação das relações econômicas com a Rússia, assim como com a China, estava incutida na agenda diplomática de reorientação para a multipolaridade, com o intuito de contornar a unipolaridade dos Estados Unidos no novo Sistema Internacional oriundo da implosão da URSS.

Ademais, os detalhes das relações Brasil-Rússia nas décadas de 2000 e 2010 não estão exatamente dentro da delimitação histórica escolhida para este trabalho. No entanto, na medida em que estão situadas no mesmo Bloco Histórico, seu desenrolar veio a repercutir no Governo Bolsonaro na forma da carga histórica herdada. De fato, após o afastamento operado na década de 1990, iniciou-se um novo ciclo de aproximação e engajamento entre os dois países, principalmente em termos políticos, com a criação do BRICS (que se verá mais adiante), refletindo o desejo comum de alavancamento no cenário internacional, sobretudo nos dois

primeiros mandatos de Lula da Silva, no qual se realizaram acordos de cooperação na área de tecnologia nuclear e aeroespacial (Segrillo, 2015, p. 261). Como será abordado, com os governos de Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018), houve o enfraquecimento do protagonismo pragmático na condução da PEB que foi, ao seu turno, reformulada por Bolsonaro quando este chegou à presidência (Casarões, 2021).

#### 4.3. GOVERNO BOLSONARO

Eleito Presidente do Brasil em 2018, a chegada de Jair Messias Bolsonaro ao Palácio do Planalto significou, como se verá adiante, uma série de rompimentos e mudanças na postura brasileira em relação à Política Externa, sobretudo na primeira metade de seu mandato. Entretanto, em relação à Rússia, pode-se dizer que seu governo foi marcado pela continuidade das linhas gerais seguidas pelos governos anteriores, corroborando para isso o pragmatismo e interesses comerciais de ambos os países. Assim, retorna-se à estrutura teórica de ideias, capacidades materiais e instituições para se discorrer sobre as Relações Brasil-Rússia durante os anos de 2018 e 2022.

##### **4.3.1 Ideias: antiglobalismo, perspectiva russa e retorno ao pragmatismo**

Entendido o contexto do novo Bloco Histórico pós-Guerra Fria e os antecedentes das Relações Brasil-Rússia após a redemocratização, volta-se ao componente das ideias, questionando-se, dessa forma, quais as principais ideias que permearam a condução da Política Externa durante o governo de Jair Bolsonaro? Como elas o posicionam perante os governos anteriores e como refletiram-se nas relações com a Rússia?

As ideias do Governo Bolsonaro podem ser encontradas ao se debruçar sobre sua proposta de Plano de Governo submetida ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), quando das Eleições Presidenciais de 2018 (PSL, 2018). Intitulado como “O caminho da Prosperidade”, o documento propõe uma ruptura em relação aos governos anteriores, “um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal” entre outras passagens. Especialmente o anticomunismo é denotado em trechos como “Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira.” que se associa ao discurso nacionalista “Queremos um Brasil com todas as cores: verde, amarelo, azul e branco.” Tratando abertamente do Golpe de 1964, guiando-se pela narrativa da ameaça comunista para justificá-lo e

glorificando seus perpetradores ao traçar um paralelo entre a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na II Guerra Mundial e das Forças Armadas no começo da década de 1960: “posteriormente, outros heróis impediram a tomada do poder por forças de esquerda que planejavam um golpe comunista no Brasil em 1964”. A temática da Política Externa, propriamente dita, é apresentada somente ao final da proposta sobre o título de “Novo Itamaraty”, centrando-se essencialmente em temáticas alinhadas diretamente com Ernesto Araújo, sendo estas em suma o repúdio aos países hostis aos Estados Unidos, reorientação das relações com nações latino-americanas; busca de novos parceiros internacionais e finalmente, a ênfase no bilateralismo, o que de fato ocorreu, como se verá, ao se analisar as relações com a Rússia.

Ademais, como destacam Saraiva e Silva (2019), as propostas do Plano de Governo configuraram-se como uma crítica à Política Externa levada a cabo pelos dois primeiros governos Lula e pelo Governo Rousseff (Saraiva; Silva, 2019, p. 66). Contudo, ao assumir a Presidência da República, as ideias acabaram por se encontrarem como as práticas institucionais e ritos de caráter pragmáticos já estabelecidos na esfera governamental, formando assim, duas alas - membros do governo influenciados pelas ideias de Olavo de Carvalho, tais como o chanceler Ernesto Araújo, assim como grupos religioso, e uma ala pragmática, enquadrando membros militares do governo - tais como o vice-presidente Hamilton Mourão, Deputados Federais e pelo agronegócio (Saraiva; Silva, 2019, p. 66). Estabelecendo-se assim em princípio uma dissonância entre as ideias e as capacidades materiais.

Casarões (2021) argumenta que o Governo Bolsonaro veio a completar o abandono da condução da Política Externa baseada na visão de longo prazo conforme os objetivos e interesses nacionais - semelhante ao viés pragmático apontado por Saraiva e Silva, para substituí-la pela condução baseada nas circunstâncias endógenas de curto prazo que vinha se configurando desde o Governo Rousseff, constituindo Bolsonaro a fase de “redefinição”, isto é, a fase “em que Jair Bolsonaro buscou reposicionar o Brasil como nação cristã e conservadora por meio da submissão dos objetivos internacionais do país à nova correlação de forças que chegou ao poder em 2018.” (Casarões, 2021, p. 439).

Os autores afirmam que a principal ideia por trás da Política Externa de Bolsonaro é o combate existencial ao globalismo<sup>12</sup>, uma vez que esta agiria por meio de seus atores - políticos

---

<sup>12</sup> Como se verá, o globalismo consiste em um corpo de ideias próprio presente no pensamento de Ernesto Araújo (Araújo, 2019b) não devendo ser confundido com o fenômeno da Globalização, que como visto em Bourscheid (2014) está associado com a expansão da influência dos Estados Unidos em um contexto de avanço tecnológico e do modelo neoliberal.

e movimentos sociais progressistas, grandes capitalistas e burocratas das instituições internacionais com o objetivo de destruir os supostos alicerces ocidentais da civilização condensados na tríade de carácter tradicionalista Deus, pátria e família já explorada nos textos de Ernesto Araújo anteriormente discutidos. Explica-se que com a ascensão de Bolsonaro ao Planalto, uma série de grupos sociais e econômicos passou a ter projeção e atuação: da mesma forma como Saraiva e Silva, Casarões (2021) lista os militares, neoliberais, ruralistas e grupos anticorrupção como atores que em maior ou menor grau iam de encontro com a ala antiglobalista mormente associada aos interesses dos Estados Unidos de Donald Trump e dos líderes evangélicos Brasileiros. Em contraste, tem-se novamente a figura de Mourão como agente de uma atuação economicamente pragmática, a qual, como destacam os autores, e como visto anteriormente, foi praticada mesmo durante o período disruptivo da Ditadura Civil-Militar Brasileira.

Ademais, para entender o escopo das ideias presentes na Política Externa de Bolsonaro, é necessário, seu principal propugnador, sendo este Ernesto Araújo, primeiro chanceler de Bolsonaro, que permaneceu à frente do Ministério de Relações Exteriores (MRE) de 1º de janeiro de 2019 até sua demissão em 29 de março de 2021 (Vaz; Garcia 2021). Ainda em 2017, publicou um artigo intitulado “Trump e o Ocidente”, onde trata Donald Trump como a salvaguarda da decadência ocidental com base no nacionalismo saudosista: “O presidente Donald Trump propõe uma visão do Ocidente não baseada no capitalismo e na democracia liberal, mas na recuperação do passado simbólico, da história e da cultura das nações ocidentais” (Araújo, 2017, p. 323), necessitando o Brasil decidir se faz parte desse Ocidente que Trump buscava. Tal resgate, por sua vez, consistiria em reconciliar o Ocidente com a fé cristã e o patriotismo em um contexto de embate de “luta existencial” de um modelo de civilização baseado na religião e no núcleo familiar contra a modernidade atea e internacionalizada (Araújo, 2017, p. 327). Esse posicionamento, como destaca Araújo, não necessariamente conflitaria com o “não Ocidente” uma vez que os inimigos deste não seriam Estados: “O inimigo do Ocidente não é a Rússia nem a China, não é um inimigo estatal, mas é sim principalmente um inimigo interno, o abandono da própria identidade, e um inimigo externo, o islamismo radical [...]” (Araújo, 2017, p. 331). Assim, não se trataria de uma visão dicotômica como a da Guerra Fria, mas uma abordagem que busca a recuperação de valores enraizados na sociedade de nações que compartilham o mesmo conjunto arquetípico “de cultura, história e fé” e que formaria a base para o nacionalismo, que por sua vez, ainda se encontraria preservado nos Estados Unidos, ao menos em parte dele, juntamente com a herança

cultural clássica de raiz greco-romana, mantendo não somente os pilares econômicos e militares do Ocidente, como também sua matriz religiosa (Araújo, 2017, p. 340).

O objetivo que Araújo aponta em Trump revela-se como a restauração plena da amálgama fé-nacionalismo, passando pelo abandono do modelo neoliberal, já que este provou-se desnacionalizado e desassociado da historicidade simbólica nacional necessária para a tarefa do presidente estadunidense, esta que seria, em suas palavras, uma “luta titânica entre a fé e sua ausência, entre o mundo construído pela fé e o mundo que vai sendo destruído pelos ‘valores.’” (Araújo, 2017, p. 352) Nesse mesmo sentido, o futuro ministro refere-se também à Rússia (Araújo, 2017, p. 353), preocupando-se com o posicionamento deste país na ordem que Trump almeja. Para o autor, a Rússia possuiria tradicionalmente um carácter ambíguo, posicionando-se entre ser ocidental e não o ser, estando igualmente presente esse arranjo em sua religiosidade, havendo, por sua vez, a esperança em uma aliança com os EUA pela comunhão cristã dos países ideologicamente simpáticos. Porém, Araújo tem desconfiança que as relações Rússia-EUA não serão normalizadas. Por isso, não fornece um veredicto definitivo sobre a Rússia, acrescentando somente que o globalismo representaria um inimigo comum de Trump e Putin, permitindo uma plataforma de ação conjunta. Assim, como indica, já se sinalizava que o futuro Governo Bolsonaro não teria uma posição anti-russa. Araújo deixou a questão em aberto, possuindo esperanças e desconfianças em relação à Rússia na mesma medida.

Ademais, em seu discurso de posse proferido em 2 de janeiro de 2019 (Araújo, 2019a), o Chanceler proclama que assim como Bolsonaro está libertando o Brasil, sua equipe assim também o faria com Itamaraty, acrescentando que a Política Externa como vinha sendo conduzida estava se atrofiando ao atuar em prol da ordem globalista, caracterizando-a como parte uma ideologia que mina a soberania nacional. No decorrer de seu discurso, Araújo expressa sua admiração por Israel e pelos Estados Unidos, pois estes seriam países que nunca abandonaram sua herança histórica e consciência nacional patriótica, mantendo a visão anteriormente desenvolvida em seu artigo de 2017. Já em agosto de 2019, realizou uma palestra na Fundação Alexandre de Gusmão, que foi posteriormente transcrevida em artigo publicado pela mesma instituição, o então Chanceler expôs suas principais ideias acerca do globalismo (Araújo, 2019b) bem como a influência que a religião detém sobre ele. Em sua fala, prossegue defendendo as chamadas democracias liberais, as quais teriam salvaguardado os valores cristãos associados à liberdade econômica e ao conservadorismo: “No corpo das democracias liberais continuava a bater um coração conservador, onde continuava a fluir a fé, a concepção vertical do ser humano, a concepção da transcendência” (Araújo, 2019b, p. 4). Não obstante, defende

que tal combinação liberal-conservadora permitiu ao Ocidente prevalecer perante o totalitarismo da primeira metade do século XX assim como se sobrepôr ao bloco oriental durante a Guerra Fria. Contudo, aponta que após o *débâcle* do Bloco Soviético, os governos do liberal-conservadorismo ter-se-iam desvirtuado, perdendo seu caráter religioso, gerando um cenário propício para a atuação dos agentes do globalismo, o qual também define:

E, com essa abertura no coração da sociedade liberal, que expulsa Deus, o caminho ficou livre para que o marxismo cultural, o gramscismo, como quer que se chame, ocupasse o coração da sociedade liberal, que tinha sido deixado vazio. Isso é o globalismo, o momento em que o comunismo, o fisiologismo, o gramscismo, como quer que se chame, ocupa o coração que tinha sido deixado vazio da sociedade liberal (Araújo, 2019b, p. 6).

Para o Chanceler, o globalismo utiliza-se de técnicas e instrumentos para coagir os indivíduos e assim articular-se na sociedade, chegando a listar a ressignificação semântica na forma do “desconstrucionismo linguístico”, gênero - o qual chama por ideologia, a tipificação racial e finalmente, o “ecologismo” o qual define como a ecologia tornada em ideologia e articulada politicamente pela esquerda (Araújo, 2019b, p. 4). Por meio desses instrumentos, o globalismo tentaria formar um novo conjunto de crenças e valores: “esses conceitos legítimos, mas que são extrapolados e transformados em ideologia – como os direitos humanos, como a tolerância, como a proteção ambiental, por exemplo.” No entanto, ao se posicionar como uma nova proposta dogmática e traçar dicotomias, o globalismo ateu e antropocêntrico criaria brechas pelas quais a reafirmação dos valores tradicionais poderia se manifestar e fluir, culminando, na linha de pensamento de Araújo no pronunciamento de Bolsonaro durante o Fórum Mundial de Davos, algo que simbolizaria o retorno dos valores cristãos associados com liberalismo econômico e personificados na figura do então recém-eleito presidente.

Ao tratar da projeção internacional criada pelo Chanceler Araújo, Bastos (2022) propõe que esta tende ao unilateralismo ao buscar fortalecer as relações com os Estados Unidos em detrimento da bagagem acumulada pela cooperação multilateral no âmbito do Sul Global, manifestando também dissonância com organizações internacionais, alegando que estas estariam aprofundado a crise do multilateralismo no contexto pandêmico da Covid-19, mas, ao mesmo tempo, prega a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), sem, como destaca a autora, apresentar uma proposta para tanto ou refletir sobre a trajetória socioeconômica e histórica do Brasil e no que ela determina a condução da Política Externa: “O que parece que, ao invés de modificar o sistema hierárquico, o Brasil quer apenas ser incluído na alta hierarquia, sem a devida preocupação com os demais Estados do Sul Global e com a causa para que o Brasil ainda esteja à periferia do sistema mundo” (Bastos, 2022, p. 6).

Não obstante, tais causas seriam o imperialismo colonial e mais atualmente a Hegemonia dos Estados Unidos, país que como visto, representaria o modelo ideal de nação para o chanceler. Em consonância, para Maciel e Hirst, Araújo significou uma mudança das diretrizes internas da instituição ao incorporar as teses de extrema-direita anteriormente exploradas em seus discursos sobre o globalismo, a ameaça conspiratória de esquerda para fazer ruir a civilização tradicional ocidental e a rejeição às instituições internacionais, sobretudo à ONU, efetivamente isolando o Brasil das linhas de cooperação internacional e inutilizando a instrumentalização do Itamaraty como extensão das políticas públicas nacionais.

Adicionalmente, Vaz e Garcia (2021) discorrem sobretudo à respeito do globalismo e sua influência no chanceler, destacando de imediato o caráter fictício da visão que este representaria além do “caráter vago do globalismo, sua falta de referência empírica, não é algo fortuito, mas um elemento constitutivo da adesão a ele” (Vaz; Garcia, 2021 p. 92), e quem, em última instância, sua maior consequência é a formulação de uma pauta política hostil às minorias (Vaz; Garcia, 2021 p. 88).

Ademais, os autores discutem as ideias de uma influência relevante no núcleo bolsonarista - a concepção de Olavo de Carvalho sobre o Ocidente e a civilização que esta representaria, destacando, porém, as divergências entre as visões de Carvalho e de Araújo. Em inúmeras ocasiões, Bolsonaro e membros influentes de seu governo se referiram a Olavo como seu mentor político conservador.<sup>13</sup> Como visto, Araújo foi indicado por Carvalho para o cargo de Ministro das Relações Exteriores e efetivamente nomeado para compor o governo, tornando-se a principal forma de transmissão do pensamento olavista à formulação da PEB, isto posto, assinala-se a proximidades que ambos - indicador e indicado - possuem na concepção de globalismo - o ataque à esquerda global, o fortalecimento do cristianismo e sua regência sobre a vida política e privada. No entanto, as divergências entre eles se encontram na concepção do que é ocidental - como demonstrado nos textos e pronunciamentos de Araújo e igualmente destacado por Vaz e Garcia (2021), sua ideia concernente ao tema possuem um viés fortemente associada à comunhão mística entre fé cristã e a tradição nacionalista vinda da Grécia Antiga, amalgamadas na história para constituir um modelo de civilização, com isso, o nacionalismo seria anterior à fé, que lhe complementaria posteriormente (Vaz; Garcia, 2021, p. 6).

Vistas as ideias gerais do Governo Bolsonaro e sua repercussão nos padrões da Política Externa brasileira adotados até então, retoma-se a questão de como tais ideais refletiram-se nas

---

<sup>13</sup> Um exemplo trazido pelos autores é a fala de Eduardo Bolsonaro, filho do Presidente, em entrevista na emissora RedeTV que se refere a Olavo como “a referência filosófica” da família Bolsonaro. (Eduardo [...], 2018)

relações com a Rússia? Quais as ideias presentes da Política Externa russa e como tais ideias se relacionam?

Começa-se, assim, pela Política Externa russa no período, essencialmente dominada por Putin e seu chanceler, Serguei Lavrov. Destarte, Putin chega ao poder inicialmente como Primeiro-Ministro nomeado pela *Duma* Estatal Russa<sup>14</sup> em agosto de 1999. Com a renúncia de Yeltsin à Presidência em dezembro do mesmo ano, assumiu a presidência de forma interina até 2000, quando logrou eleger-se Presidente. Como visto anteriormente, preservou Ivanov no cargo de Ministro das Relações Exteriores, que por sua vez, deu prosseguimento ao paradigma pragmático da Política Externa russa, esta tornou-se, por sua vez, paulatinamente mais assertiva em relação ao Ocidente (Segrillo, 2015).

Lavrov foi nomeado por Putin à chancelaria em março de 2004, substituindo Ivanov e mantendo-se no cargo até o momento atual, passando assim pelo Governo de Dmitri Medvedev (2008-2012) e todos os mandatos de Putin. A Política Externa Russa conduzida por Putin e Lavrov ao longo das duas primeiras décadas do século XXI é complexa em suas nuances e aspectos, de modo que não cabe ser exaustivamente explorada neste trabalho. No concernente às relações com a América Latina, por sua vez, tem-se que as relações com a Rússia passaram a ser entendidas por esta como estratégicas e geopoliticamente interessantes, de forma a se contrapor à influência estadunidense e projetar-se globalmente (Silva; Ilikova, 2022), assemelhando-se com isso, da abordagem pragmática de Brejnev explorada anteriormente.

Em termos de relações com o Brasil, pode-se dizer que a Rússia assistiu com cautela aos primeiros anos de Bolsonaro, cujo chanceler, Ernesto Araújo, preconizou um discurso de aproximação e alinhamento com os Estados Unidos, de modo a figurar um novo capítulo de afastamento entre Brasília e Moscou em prol de Washington sob Donald Trump. Ademais, outras medidas como a candidatura brasileira à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o retorno das tratativas sobre o Acordo de Livre Comércio Mercosul-União Europeia sinalizaram à Rússia uma mudança de prioridades brasileiras, redirecionadas para a zona euro-atlântica de países desenvolvidos (Zabolotsky, 2022).

Para Silva e Ilikova (2022), com a chegada de Bolsonaro ao poder e a ascensão do antiglobalismo à esfera máxima da diplomacia brasileira, o porvir das Relações Brasil-Rússia foi lançado na incerteza de perspectivas. Os autores argumentam

---

<sup>14</sup> A *Duma* Estatal corresponde à Câmara Baixa do Parlamento Russo, semelhante à Câmara dos Deputados brasileira.

que as relações que tinham sido construídas até então pelas gestões anteriores ao longo do século XXI possuíam um vetor de ação essencialmente positivo, orientando-se para a aproximação constante e de dinâmica crescente entre ambos os países e que, não obstante, parece-lhes que esse vetor se manteve o mesmo durante o Governo Bolsonaro, sem que alterações tenham sido feitas nas linhas gerais das relações bilaterais.

Nessa seara, Silveira (2021) concorda que durante o Governo Bolsonaro, as diretrizes gerais das relações com a Rússia se mantiveram essencialmente as mesmas, seguindo o padrão cooperativo pragmático anteriormente estabelecido. Acrescenta, porém, que houve de fato um certo arrefecimento no ritmo dessa cooperação, demonstrando que até 2021, não houveram ações tais como a realização de grandes compras por ambas as partes e nem a concretização de acordos herdados das gestões brasileiras anteriores, contentando-se com projetos de carácter pontual tais como a construção de uma estação de monitoramento *Glossas*, a presença brasileira na feira ARMY 2020 e a participação da ROSTOM na licitação para a retomada das obras da Usina Nuclear de Angra 3, sem, porém que a estatal russa tivesse sucesso. Silveira também concorda com Casarões (2021), ao dizer que o arrefecimento das relações com a Rússia vem na esteira da diminuição geral de intensidade da diplomacia brasileira desde o Governo de Rousseff (Silveira, 2021, p. 51). Ademais, o autor destaca igualmente uma mudança de posicionamento do que diz respeito ao padrão de neutralidade que vinha sendo seguida pelos soberanos brasileiros anteriores a Bolsonaro. Como visto, o apaziguamento, o respeito à leis internacionais e a solução pacífica de conflitos são características centrais nas diretrizes constitucionais da PEB, permitindo a manutenção de boas relações, incluindo com a Rússia, no direcionamento à tópicos sensíveis ao país euroasiático tais como os conflitos no Cáucaso – Geórgia e Nagorno-Karabakh e no Oriente Médio – Síria, com o apelo à mediação multilateral e a paz pela reconciliação dos atores nacionais envolvidos nos conflitos. Com Bolsonaro, houve uma mudança postural. Silveira destaca, por exemplo, a celebração aberta em nota emitida pelo Itamaraty (Brasil, 2020), da morte de Qassem Soleimani, general iraniano, assassinado pelos Estados Unidos durante um ataque aéreo ao Iraque em 2020, representando, justamente como a defesa de uma intervenção militar estadunidense na Venezuela para depor Nicolás Maduro, uma quebra da tradição brasileira é uma manifestação do alinhamento automático com os EUA promovido por Ernesto Araújo contra países que tradicionalmente são aliados de Moscou.

Ademais, faz-se necessário explorar como tais ideias se manifestam concretamente na prática da Política Externa com a Rússia ao longo do mandato de Bolsonaro. O primeiro contato oficial entre o presidente brasileiro e autoridades russas foi na posse deste, em 1º de janeiro de

2019, quando o presidente e a vice-presidente da Duma de Estado, Vyacheslav Volodin e Olga Epifanova compareceram à cerimônia de posse em Brasília. Segundo a Agência russa de notícias *Tass* (Duma [...], 2018), o diálogo entre as autoridades limitou-se a tratar do aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países, tema já abordado por Putin em sua mensagem de congratulação a Bolsonaro pela vitória nas Eleições Presidenciais de 2018 (Beraldo, 2018). Não obstante, outros eventos configuraram-se como pontos de contato direto entre Brasil e Rússia, tanto em aspecto das relações bilaterais quanto multilaterais. Estas últimas especialmente, tais como as visitas de Lavrov e Putin ocorridas em 2019 além da 11ª Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica (CIC) serão abordadas na sessão sobre Instituições.

O ano de 2021 significou uma mudança substancial da postura diplomática brasileira, com a vitória do democrata Joe Biden sob Donald Trump nas eleições presidenciais de 2020, o Governo Bolsonaro e especialmente o chanceler Ernesto Araújo, vem a perder sua maior inspiração até então, iniciando um novo capítulo da Política Externa bolsonarista marcada pelo isolamento político internacional e a ascensão de Carlos França à chancelaria em substituição de Araújo, desmoralizado pelo revés das eleições estadunidenses e desgastado por atritos com a República Popular da China, de modo que sua renúncia significou uma vitória para a ala pragmática e o afastamento o antiglobalismo (Berringer *et al*, 2022). Dessa forma: “A queda de Ernesto Araújo do MRE, substituído pelo igualmente inexpressivo Carlos França, representou a tentativa do governo Bolsonaro de reconstruir pontes queimadas e recuperar a confiança da comunidade internacional na diplomacia brasileira.” (Berringer *et al*, 2022, p. 51). As relações com a Rússia, ao que indica a sequência de fatos ocorridos, novamente mantiveram-se inalteradas em suas diretrizes, visto que já entre 29 e 30 de novembro, o novo chanceler visitou Moscou à convite de Lavrov, com o objetivo de discutir as relações em vários âmbitos assim como reunir-se com empresários russos (Brasil, 2021).

O evento de maior cobertura midiática que conectou diretamente Bolsonaro à Rússia e Putin foi a visita que o Presidente Brasileiro realizou à Moscou no dia 16 de fevereiro de 2022, pouco dias antes, portanto, do conflito na Ucrânia, em 24 de fevereiro de 2022 e que efetivamente escalou para o maior conflito embate em solo europeu desde a Segunda Guerra Mundial (Brasil, 2022d). Oficialmente, o objetivo da visita e da reunião com Vladimir Putin configurou-se pela discussão das relações econômico-comerciais e políticas pelos dois líderes e suas comitivas (Brasil, 2022c). Contudo, a totalidade das tratativas realizadas em Bolsonaro e Putin é de difícil conjectura, uma vez que o MRE impôs cinco anos de sigilo diplomático aos

documentos associados à viagem, de forma que estes só passarão para o acesso público após efetivamente até 21 de fevereiro de 2027, efetivamente (Oliveira, 2022).

Não obstante, segundo as informações disponíveis ao público (Vettorazzo, 2022), constata-se que formavam a comitiva de Bolsonaro representantes do agronegócio brasileiro interessados em negociar a redução do custo de insumos importados da Rússia, tais como potássio, fósforo e nitrogênio, componentes necessários para a produção de fertilizantes. Nas palavras de Jair Bolsonaro: “Fui convidado pelo presidente Putin. O Brasil depende de grande parte de fertilizantes da Rússia até a Bielorrússia. Levaremos um grupo de ministros também para tratarmos de outros assuntos que interessam aos nossos países como energia, defesa e agricultura” (Brasil, 2022b)

A visita oficial resultou num Comunicado Conjunto entre as duas presidências, que por sua vez evoca a ideia de continuidade das relações entre os dois países, uma vez que segundo este: “A reunião entre os Presidentes transcorreu em atmosfera de cordialidade e confiança mútua, reflexo dos laços históricos de amizade e cooperação entre o Brasil e a Rússia.” Além de evocar os princípios diplomáticos do respeito à soberania, busca pela paz, cooperação internacional e representatividade equitativa como a base das relações bilaterais, o comunicado demonstra o interesse por parte de ambos os países em expandir a cooperação no agronegócio de forma a aumentar sua presença em ambos os mercados, além de transparecer o interesse russo em tornar o Brasil um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que poderia fortalecer Moscou perante os membros ocidentais, já que este possuiria mais uma nação aliada dentro da instituição (Brasil, 2022a).

Ademais, de acordo com o comunicado à imprensa gerado após a reunião dos chefes de Estado, Vladimir Putin demonstrou os interesses russos em relação ao Brasil, declarando:

O Brasil é o principal parceiro comercial da Rússia na América Latina e no Caribe: é responsável por um terço do volume de negócios do comércio russo com esta região. No ano passado, apesar das dificuldades causadas pela pandemia do coronavírus, o comércio mútuo aumentou 87 por cento. [...] A cooperação na indústria química e na produção de fertilizantes minerais ecológicos está a progredir a bom ritmo (Rússia, 2022, tradução nossa)<sup>15</sup>.

Em adição, com o início do conflito na Ucrânia, o Ministério da Indústria e Comércio russo se manifestou no dia 04 de março do mesmo ano pedindo para que os produtores russos

---

<sup>15</sup> No original: “Бразилия является ведущим торговым партнёром России в Латинской Америке и Карибском бассейне: на неё приходится треть российского товарооборота с этим регионом. В прошлом году, несмотря на сложности, вызванные пандемией коронавируса, взаимная торговля даже выросла на 87 процентов. [...] Хорошими темпами продвигается сотрудничество в химической промышленности и производстве экологически чистых минеральных удобрений.”

de fertilizantes suspendessem as exportações devido ao impedimento logístico ocasionado pelas sanções impostas pela OTAN e pela União Europeia ao país. Contudo tal medida não afetou diretamente o Brasil em termos de abastecimento, mas expôs sua dependência em relação aos insumos russos (Oliveira; Vargas, 2022). Mesmo após a condenação formal do conflito perante a Assembleia Geral da ONU por parte do Brasil, Bolsonaro buscou reafirmar os laços com a Rússia:

Estive na Rússia, conversei por mais de duas horas com o Putin, vários assuntos. Um dos mais importantes foi a questão dos fertilizantes. Nós votamos por duas vezes na ONU e está tudo bem entre nós e a Rússia. Tanto que não existe qualquer barreira comercial no tocante a fertilizantes para nós aqui no Brasil (Dantas, 2022).

Posteriormente, em 27 de junho de 2022, durante uma conversa ao telefone entre os dois líderes, o Presidente russo afirmou a Bolsonaro que estaria comprometido a manter o fornecimento de fertilizantes ao Brasil mesmo com a Rússia enfrentando restrições internacionais ao seu comércio (AFP, 2022).

Assim, a ida de Bolsonaro à Rússia em um momento de escalada de tensões e posterior deflagração de conflito, representa não somente uma demonstração de apoio a Putin, mas também, observando-se o conteúdo das tratativas, que as relações comerciais são a principal temática que pauta os direcionamentos diplomáticos, havendo nesse sentido, uma continuidade das ideias advindas dos Governos Militares, mesmo que, ao contrário destes, Bolsonaro não tenha uma plataforma desenvolvimentista, mas sim, orienta-se com base nos interesses de certos setores, sobretudo, como torna-se evidente, o agronegócio brasileiro.

Em seus respectivos pronunciamentos, aqui apresentados, Bolsonaro e Putin sumarizam os principais interesses da PEB para com a Rússia e vice-versa, isto é, o fortalecimento de relações que venham a promover o aumento do fluxo comercial entre os dois países nos setores energéticos e agroexportadores, áreas que, como será visto nas capacidades materiais, são as de maior expressividade no comércio bilateral, que por sua vez, desde 2015, possui um carácter superavitário para a Rússia.

Nesse sentido, Souza; Castro e Faria (2023), propõe que o latifúndio brasileiro passou a ser a principal ideia condicionante da PEB durante o Governo Bolsonaro, vindo os autores a denunciar uma “hegemonia agropolítica” sob a agenda diplomática brasileira. Dessa forma, para os autores, mesmo que tenha sido adotada inicialmente uma postura de alinhamento com os EUA de Trump e, como visto, a posterior aproximação entre Bolsonaro e Putin, a posição neutra adotada pelo Governo quando a eclosão do conflito Rússia-Ucrânia, por mais que reflita

em partes a postura tradicional do Itamaraty e os pilares constitucionais, mormente expõe o que seria uma vulnerabilidade do agronegócio brasileiro perante o cenário exterior, dada a dependência que o setor produtivo tem da importação de insumos, bem como se mostra frágil perante as flutuações internacionais do mercado agrário causadas pelo embate entre Putin e Zelensky, sendo portanto a neutralidade um fator decisivo para salvaguardar o latifúndio nacional. Dessa forma, argumentam que:

A condução da PEB do Governo Bolsonaro mediante a guerra entre Rússia e Ucrânia explana essa relação de “amigos” do presidente com o agronegócio brasileiro. A posição de neutralidade, apesar da proximidade de Bolsonaro com Putin e da sua subserviência a PE dos Estados Unidos durante o Governo Trump, demonstra que existe algo maior em jogo, em que, uma das principais variáveis é a dependência direta de insumos da Rússia para a produção no campo (Souza; Castro; Faria, 2023, p. 175).

O pronunciamento do Chanceler França no Conselho de Segurança, no dia 22 de setembro de 2022 veio a reforçar a afirmação anterior. Perante os membros do Conselho, o chanceler defendeu a neutralidade brasileira em relação ao conflito, evocando o direito internacional e a necessidade de ambos os beligerantes respeitarem os direitos humanos em pontos comuns do padrão diplomático brasileiro: "O Brasil condena os abusos e defende uma investigação imparcial dos fatos, de modo que os responsáveis respondam por suas ações. Também reiteramos nosso pedido por completo respeito às leis humanitárias internacionais por todas as partes." Afirmou, França, acrescentando ainda que o conflito “não é hora de acentuar visões ou isolar as partes” (Amâncio, 2022).

Contrapondo-se com as ideias expostas do capítulo anterior, tem-se que tanto os Governos Militares como Bolsonaro inicialmente pregavam uma quebra de paradigma em relação à condução da Política Externa do período imediato que lhes precede de forma a promover um reajuste orientado para os Estados Unidos. Ademais, da mesma forma que com os Militares, o discurso de reajuste radical logo se deparou com o pragmatismo necessário para a condução da Política Externa. No caso do período político situado na Guerra Fria, tal pragmatismo se deu pela manutenção do desenvolvimentismo herdado da Quarta República Brasileira e pelo interesse da elite econômica dele beneficiada, resultando a base concreta sobre a qual as relações com a URSS foram. Com Bolsonaro, e mais especificamente pelo antiglobalismo de Ernesto Araújo, por mais que tenha-se gerado uma incerteza inicial por parte da Rússia, prevaleceu o Paradigma de Primakov por parte deste país e o pragmatismo do Itamaraty, mesmo que este último não tenha mais suas motivações advindas do desenvolvimentismo, mas sim dos pilares constitucionais estabelecidos com a

redemocratização que formaram um corpo de diretrizes sólidas o bastante para evitar uma reorientação total em relação aos EUA, por mais que não lograram reverter a tendência de menor protagonismo internacional que já vinha se operando desde o Governo Rousseff. Nota-se também que tal como nas relações com a URSS, os interesses brasileiros, assim como russos, antes de tudo se concentram na promoção de trocas comerciais necessárias para a manutenção da dependência do agronegócio, inexistindo assim projetos conjuntos de infraestrutura como visto com os Soviéticos. Tal esta dinâmica “agropolítica” influencia na formulação da Política Externa e na aproximação política, como observado com a ida de Bolsonaro à Moscou em 2022 e com a posterior neutralidade brasileira frente ao conflito na Ucrânia, que por sua vez assemelha-se ao alinhamento político no cenário internacional manifestado por Goulart quando da Invasão ao Afeganistão pela URSS.

#### **4.3.2 Capacidades Materiais: Comércio Bilateral Brasil-Rússia**

Em 2018, o Senado brasileiro aprovou um programa proposto pelo MRE para aumentar o comércio com a Rússia tanto em fluxo quantitativo quanto em valor agregado, cabendo ao diplomata Tovar da Silva Nunes, nomeado embaixador do Brasil na Rússia na mesma ocasião, dirigir o programa. O objetivo do Governo Brasileiro era que o fluxo comercial atingisse US\$ 10 bilhões em 2023, com um crescimento anual de US\$ 1 bilhão em valor total. A principal proposta consistia na redução das barreiras fitossanitárias e tarifárias russas e proporcionar um ambiente para trocas com maior valor agregado final, consolidando a rede comercial bilateral. Além disso, em 2019, foi assinado um acordo entre o Conselho Empresarial Rússia-Brasil e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos no Brasil (APEX), com o objetivo de ampliar a atividade comercial e atrair investimentos, facilitando o contato entre empresas e investidores com os mercados de ambos os países (FindBrazil, 2019). Nesse mesmo intuito, o embaixador brasileiro em Moscou, Rodrigo Baena Soares, no cargo desde 2021, foi instruído pelo Itamaraty a promover a chamada “diplomacia dos fertilizantes” – produtos necessários à manutenção da economia agroexportadora brasileira (Fiquem Sabendo, 2023). Assim, em 2022, Soares manteve aberto um canal de diálogo com as maiores empresas russas deste setor. Estas foram, respectivamente: PhosAgro, Acron, Uralkali, Uralchem e Eurochem, sendo que no caso da primeira, sua presidência cabe a Andrey Guryev, anteriormente mencionado como presidente do Conselho Empresarial Rússia-Brasil, acumulando igualmente a função de Segundo Vice-Presidente por parte da Rússia na Comissão Intergovernamental Russo-Brasileira para Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Técnica. Contudo, o

conteúdo exato das tratativas de Soares com estas empresas não é conhecido, pois, assim como se verá com a viagem de Bolsonaro à Rússia em 2022, seu conteúdo documental foi classificado como sigiloso até 2027.

É perceptível que essas empresas mencionadas atuam no setor de exportação de commodities comestíveis, representando um quadro geral das exportações brasileiras para a Rússia, uma vez que de acordo com a base de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), no mesmo ano de 2022 os itens mais vendidos à Rússia pelo país sul-americano, foram respectivamente: Soja; açúcares de cana; carnes bovina, avina e suína desossadas e congeladas; café não torrado em grão; amendoins sem casca; tabaco processado e não manufaturado; café solúvel, descafeinado ou não. A estas *commodities* agrícolas juntam-se ainda ligas de ferromolibdeno e alumina calcinada, além pulverizadores agrícolas e escavadeiras, únicos itens de maior complexidade agregada, somando-se um montante comercial total de US\$ 2 bilhões ou 2,6 milhões de toneladas (Brasil, c2024d). Ademais, um panorama quantitativo do fluxo comercial entre os países pode ser visto no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Valor total FOB do comércio Brasil-Rússia 2012 - 2023



Fonte: Elaboração própria, com dados disponíveis no Comexstat, (Brasil, c2024c).

Os dados apontam que, desde o início do programa de incremento comercial, houve efetivamente um aumento do comércio, pelo que possibilitou atingir-se o valor alvo desejado de 10 bilhões de dólares em 2023. Entre 2015 e 2019 as exportações russas aumentaram em

33%, mesmo contraindo em 2020 devido à paralisação econômica vivida pela pandemia do coronavírus, mas logo retomando a tendência da série histórica em 2021. Somente em 2022, as exportações russas aumentaram quase 20%. No caso das importações brasileiras no período, há valores crescentes, especialmente com uma alta significativa desde 2020. É também perceptível que um ano antes do programa, em 2017, as exportações russas superaram as exportações brasileiras, criando uma situação de déficit para a balança comercial brasileira que tem aumentado consistentemente desde então. Agrava-se o quadro brasileiro quando se tem em consideração que as principais exportações russas para o Brasil consistem em produtos de maior valor agregado do que aqueles comprados do congênere sul-americano, tais como produtos químicos e insumos para fertilizantes, fertilizantes acabados, além de alumínio, paládio, semimanufaturados de ferro e aço assim como derivados de petróleo e carvão como óleo diesel e diferentes tipos de hulha, (Brasil, c2024c). Ademais, os principais itens exportados pelo Brasil e seus respectivos valores podem ser observados nas tabelas abaixo:

Tabela 1 – Principais itens exportados para a Rússia 2019 e 2022

Descrição	2019	2020	2021	2022
	US\$ FOB			
Soja	354.785.511	386.638.639	343.286.654	874.778.674
Carne Bovina	213.999.326	184.749.105	116.422.529	161.988.259
Amendoim	97.453.363	117.427.776	129.731.662	108.953.484
Café não torrado	85.064.191	111.180.730	132.723.847	129.383.177
Açúcar	88.833.662	47.879.102	124.262.859	285.926.818
Café solúvel	54.702.592	49.751.355	47.128.739	23.183.678
Carne avina	113.735.310	108.767.390	167.164.904	80.723.063
Tabaco	76.929.547	54.050.236	35.510.900	38.427.263
Ferronióbio	68.125.523	40.576.534	49.889.339	1.938.005
Alumina calcinada	126.795.006	54.031.512	9.505.067	14.494.206
Pulverizadores agrícolas	13.442.453	30.762.299	45.201.382	39.503.122
Carne suína	94.290.366	296.546	23.211.179	27.842.513
Escavadeiras	9.957.556	-	30.404.404	17.367.812

Fonte: Elaboração própria, com dados disponíveis no Comexstat, (Brasil, c2024c).

Contudo, uma dificuldade para o avanço das relações comerciais mostra ser a divergência de interesses práticos – ao passo que a Rússia busca mercados para sua tecnologia, o Brasil opera na lógica do desenvolvimento de projetos conjuntos (Wiira, 2019). Além disso, a opinião pública da sociedade brasileira em relação à Rússia revela-se um impedimento

relativo para o estreitamento entre as duas nações, uma vez que esbarra na popularidade do governo em relação ao eleitorado, situação que se agravou significativamente em 2022 com o início do conflito Rússia-Ucrânia. Entretanto, 65% da população brasileira parece apoiar a posição neutra adotada pelo governo brasileiro (Garrett, 2022). Souza; Castro e Faria (2023) igualmente trabalhando com os dados fornecidos pelo Comex Stat, destacam que, em 2021, as importações advindas da Rússia representaram 23% do mercado de fertilizantes no Brasil, representando mais de 41 milhões de toneladas e cerca de 15 bilhões de dólares, assim como 28% das importações de cloreto de potássio e 31% do fosfato monoatômico adquiridos do exterior, sendo estes compostos base para a produção de fertilizantes, destacando também que em seu agregado geral, o Brasil necessitou importar 70% de todos os insumos utilizados na produção agrícola, demonstrando assim a importância que a manutenção de boas relações com a Rússia possui para os fluxos de abastecimento do que atualmente se configurou o principal componente das importações brasileiras. Os principais itens importados da Rússia pelo Brasil durante o Governo Bolsonaro e seus respectivos valores podem ser observados nas tabelas abaixo:

Tabela 2 – Principais itens importados da Rússia entre 2019 e 2022

Descrição	2019	2020	2021	2022
	US\$ FOB			
Cloretos de potássio	979.770.320	713.975.930	1.357.090.846	2.424.665.443
Ureia	293.895.485	333.480.026	508.106.547	657.629.040
Fosfato monoatômico	284.223.577	321.741.312	862.324.976	1.574.649.843
Aubos de nitrogênio, fósforo e potássio	276.034.563	182.709.070	351.351.921	583.238.544
Hulha betuminosa	265.297.288	201.748.365	411.744.395	386.929.050
Alumínio não ligado	242.073.470	164.727.423	134.001.847	19.244.021
Nitrato de amônio	239.782.177	187.725.432	377.894.431	254.295.470
Nafta para petroquímica	162.141.189	52.917.354	353.577.654	904.829.104
Paládio bruto ou em pó	126.232.260	96.766.052	130.699.203	7.283.289
Trigo	56.114.983	49.071.220	6.993.749	98.882.489
Óleo Diesel	-	-	16.946.200	95.094.157
Semimanufaturados de ferro ou aço	61.264.474	16.568.411	357.024.118	19.896.020
Hulha antracita	36.590.654	38.760.822	68.396.929	208.389.583

Fonte: Elaboração própria, com dados disponíveis no Comexstat, (Brasil, c2024c).

Nota-se que, assim como os Governos Militares, o Governo Bolsonaro viu um incremento das trocas comerciais com a Rússia, mantendo-se, porém, o carácter de importação

de *commodities* agrícolas de menor valor agregado em contrapartida de insumos industrializados, em uma dependência por fertilizantes necessários para se manter a produção brasileira, relacionando-se diretamente com a “hegemonia agropolítica” vista anteriormente em Souza; Castro e Faria (2023). Ainda em relação aos militares, agrava-se que, com Bolsonaro, o déficit da balança comercial acentuou-se com a expansão das importações, que não foi acompanhada pelo incremento das exportações. Desse modo, constata-se que, ao nível comercial, não somente o agronegócio é o setor social mais beneficiado no Brasil como também que as relações se tornaram visivelmente mais interessantes para a Rússia, revertendo o quadro de déficit comercial soviético visto no capítulo anterior.

### **4.3.3 Instituições no âmbito das Relações Brasil-Rússia**

Dando continuidade à estrutura coxiana, resta saber quais instituições marcaram as Relações Brasil-Rússia após a redemocratização e especialmente sua atuação durante o Governo Bolsonaro. Destarte, relembra-se que instituições originando-se da conjunção das ideias e capacidades materiais e podem servir de plataforma para a construção e legitimação de interesses que venham a prevalecer em seu âmbito.

Com a extinção da Coleste em 1994 durante a Gestão Itamar Franco, as comissões mistas e representações comerciais passaram a ser o principal canal institucional entre Brasil e Rússia. Com efeito, já em 1997 é instituída a Comissão Russo-Brasileira de Alto Nível de Cooperação (CAN), presidida pelo Vice-Presidente Brasileiro e pelo Primeiro-Ministro Russo, estabelecendo assim um canal de diálogo político preferencial entre os dois países, uma vez que a Rússia possui parcerias denominadas estratégias com mais quatro países somente: França, EUA, China e Ucrânia. Na primeira reunião da CAN, em 2000, acordou-se que o mecanismo prático de cooperação seria a Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (CIC) e que esta viria a suplantar a Comissão Mista Brasil-URSS.

Não obstante, no âmbito da CIC foi estabelecida a Câmara Brasil-Rússia de Comércio Indústria Cultura e Turismo, entidade que promove as relações comerciais e econômicas entre o Brasil e a Rússia. Seu principal objetivo é facilitar o desenvolvimento de negócios bilaterais, estreitando os laços entre empresas, investidores e instituições governamentais dos dois países. Contudo, como seu caráter é eminentemente associado ao mercado privado, informações a respeito de seu funcionamento prático acabam por serem esparsas e pouco aprofundadas pela bibliografia. Na prática, a ocorrência de reuniões da CIC se mostrou inconstantes. Para

exemplificação, a IX Reunião ocorreu em 2015 ainda sob Rousseff, posteriormente a X reunião se daria em 2017 com Temer e finalmente a XI reunião ocorreu em 2021 já com Bolsonaro (Brasil, 2024a). A XII reunião, ao seu turno, ocorreu em fevereiro de 2024 sob Lula da Silva (Brasil, 2024b). Além da infrequência, às reuniões provaram-se sem repercussões significativas para além do diálogo político, refletindo, antes de tudo, o incremento do fluxo comercial do setor agrícola entre ambos os países (Brasil [...], 2024e).

Como já previsto pela lente coxiana, nos momentos de mudança do sistema, novas propostas críticas à ordem vigente acabam por surgir. Com o enfraquecimento da hegemonia estadunidense ao final da década de 1990 e o começo dos anos 2000, operou-se o esgotamento do corpo ideário neoliberal nas regiões onde antes estas se impuseram, sobretudo no espaço pós-soviético, no Leste Asiático e na América Latina, de forma a surgir o apelo pela multipolaridade e maior protagonismo para países do Sul Global. Em concomitância com este fenômeno houve a desaceleração do crescimento econômico dos países desenvolvidos, de forma que já em 2003, um grupo de países “gigantes emergentes” formado por Brasil, Rússia, Índia e China passou a ser apontado como os novos impulsionadores do crescimento econômico e agregadores de influência regional, especialmente nas áreas à margem do controle de Washington (Martynov, 2009, p. 86). Tais nações, ademais, convergiram em sua ambição por uma Política Externa protagonistas: ainda com Primakov, a Rússia operou a “estratégia triangular” de forma a aprofundar suas relações com a China e com a Índia e contrapor-se com a expansão da OTAN para o Leste Europeu. O Brasil sob Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, desejava buscar novos parceiros preferenciais que permitissem sua projeção na governança global. Além disso, a aproximação desses países é explicada por:

Uma sólida base jurídica e estrutura de acordos, um pano de fundo político muito favorável, devido à ausência de quaisquer contradições políticas e à aproximação de posições sobre assuntos da política internacional, característica das relações da Rússia com a Índia e com a China, contribuíram com a evolução paulatina das relações Russo-Brasileiras (Martynov, 2009, p. 100).

Não obstante, de forma sucinta, o acrônimo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) representando o maior ponto de contato multilateral entre Brasil e Rússia, são um grupo informal de países em desenvolvimento. Proposta inicial por Putin, a primeira reunião do grupo se deu informalmente entre o chanceler brasileiro e seus congêneres russo e chinês além do Ministro Indiano das Forças Armadas, em paralelo à Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU) em 20 de setembro de 2006 (BRICS, c2023). Já no ano seguinte, uma segunda reunião foi realizada, dessa vez por iniciativa brasileira, fomentando o interesse desses países

em um maior envolvimento conjunto, de forma que, em 16 de junho de 2009, os chefes de Estado do BRIC se reuniram oficialmente na Primeira Cúpula do grupo, em Ekaterinburgo, Rússia, e focando as discussões na reforma do sistema financeiro de modo a trazer mais desenvolvimento para economia global além da cooperação propriamente dita entre os países membros do grupo (Bryanski, Faulconbridge, 2009). Com efeito, a partir de 2009, os líderes do acrônimo passaram a reunir-se anualmente, efetivamente “constituindo uma nova entidade político-diplomática.” (Brasil, 2022e). A África do Sul viria a juntar-se em 2011. Ademais:

O Brics busca atuar em conjunto nos foros multilaterais, que são entidades que reúnem vários países como a ONU e a Organização Mundial do Comércio (OMC), de modo a fortalecer as posições do grupo e a democratizar a governança internacional. Também procuram firmar acordos entre os próprios países nas áreas de agricultura, ciência e tecnologia, cultura, governança e segurança da Internet, previdência social, propriedade intelectual, saúde, turismo, entre outros (Brasil, 2022e).

Com a eleição de Bolsonaro, a participação futura do Brasil do BRICS ficou incerta, contudo, como esclarece Razumovsky (2019): “as ambições de Bolsonaro são mais limitadas do que as de Lula da Silva ou Rousseff, que buscavam fazer do Brasil o líder do Sul Global, na verdade, de todos os países em desenvolvimento”. Contudo, como já visto anteriormente e novamente abordado pelo autor, o país sul-americano possui traços constantes em sua Política Externa que objetivam projetá-lo internacionalmente, sendo o BRICS por possuir dois dos cinco membro dos CSNU um meio importante de atuação e alinhamento internacional, que, quando associado aos interesses econômicos da elite brasileira em globalizar-se, faz com que uma certa atuação seja mantida, adotando-se contudo um perfil mais discreto e pragmático em relação ao grupo, de maneira a evitar pautas que confrontam o os Estados Unidos ou desagradam Bolsonaro por não ser do interesse de seus apoiadores, tal como as mudanças climáticas e a economia verde. Razumovsky ressalta, ademais, que pautas como pesquisa inovação e o financiamento de projetos conjuntos são pontos de interesse mantidos por Bolsonaro.

Nesta temática, Zabolotsky (2022) aponta que nos primeiros anos de Bolsonaro, e consequentemente com Araújo à frente do MRE, os BRICS, por sua natureza contestatória, foram paulatinamente negligenciados em prol do alinhamento à OTAN em um reajuste subordinado ao Ocidente, que como visto, representou uma diminuição da projeção internacional brasileira, assim como a perda de importância do acrônimo como meio estratégico, legando-se a este o papel de plataforma para a condução de política comercial bilateral com cada membro em separado, fator este que o corpo diplomático russo buscou explorar oportunamente. Mesmo assim, ecoando a retração da Política Externa de Bolsonaro,

foram poucos os contatos entre Brasil e Rússia no âmbito do grupo, destacando-se a visita realizadas Putin ao Brasil em 2019 na ocasião da XI Cúpula do grupo, uma vez que as XII, XIII e XIV Cúpulas se deram por meio virtual em detrimento do isolamento imposto pela Pandemia de COVID-19, restringindo-se à temas gerais tais como o fortalecimento e reforma da governança global, o combate à COVID-19 e a recuperação econômica pós-pandêmica.

Destarte, entre 13 e 14 de novembro de 2019, Putin visitou o Brasil com o objetivo de participar da XI Cúpula do BRICS. Discursando na cerimônia de encerramento do Fórum Empresarial dessa mesma organização, ainda em seu primeiro dia de estadia, defendeu o aprofundamento das relações comerciais intrabloco e cooperação tecnológica, salientando especialmente pela simplificação de barreiras comerciais como forma de aumentar a atratividade para investimentos estrangeiros, de modo a amenizar a desaceleração do crescimento econômico no agregado global e promover o desenvolvimento dos países do Bloco (Máximo, 2019)(RÚSSIA, 2019).

Pesando-se as instituições atuantes no Período Militar e aquelas presentes no Governo Bolsonaro, nota-se que o interesse russo pelo Brasil manifestado nos meios multilaterais e bilaterais concentra-se no aprofundamento das relações comerciais assim como uma forma de estender sua influência política, comprovando a teoria coxiana, a qual apregoa que as instituições refletirão as ideias (aumento do protagonismo russo) e as capacidades materiais (interesses econômicos). No caso do Brasil, certas distinções tornam-se visíveis. Os governos militares se empenharam na manutenção das relações após um momento de mudança institucional, reformularam as instituições anteriormente criadas e ampliaram-nas, sendo o exemplo mais expressivo analisado a COLESTE, utilizada não somente como meio para as relações bilaterais, mas também como um instrumento pelo qual a interação com a Europa Oriental era possibilitado, possuindo por isso um caráter estratégico para a expansão da presença brasileira no mundo associado à diplomacia da prosperidade. Além disso, os militares conseguiram o estabelecimento de representações comerciais soviéticas no Brasil, refletindo o aumento do fluxo material entre estes países. O Governo Bolsonaro, por sua vez, não apresentou nenhuma novidade significativa no âmbito institucional, não se interessando, por exemplo, em restabelecer a COLESTE, mas focando nas instituições já existentes, sobretudo BRICS e no contato bilateral promovido pela CAN, CIC e câmaras de comércio, as quais possuem menor rastreabilidade de suas atividades e cujas reuniões refletiram o incremento do fluxo comercial.

#### 4.4 CONCLUSÕES PRELIMINARES

Em suma, nos termos da Teoria Crítica, com o fim da Guerra Fria iniciou-se um novo Bloco Histórico. Vencedores, os EUA passaram a estender seu poder globalmente, subjugando o antigo Bloco Oriental assim como o Terceiro Mundo ao seu ideal político-econômico neoliberal e aprofundando o processo de globalização. Este rearranjo do poder global beneficiou somente um seleto grupo de países associados ao hegemon *pari passu* com o encadeamento de uma série de crises nos novos países subjugados pela imposição neoliberal. As contradições plantadas nesse ínterim proporcionaram o ambiente no qual eclodiu a Crise Econômica de 2008, que por sua vez gerou a polarização necessária para o surgimento de movimentos de extrema-direita empenhados no retorno à um passado glorificado de prosperidade pela via do nacionalismo e combate à esquerda que se enquadra no discurso interessado anticomunista, revivendo elementos da radicalização política do Bloco Histórico Anterior.

Com a redemocratização no Brasil, os preceitos herdados da Política Externa passaram a serem incutidos na constituição pela primeira vez, diferenciando-se assim no aspecto formal do Período Militar e fornecendo as bases para o insulamento burocrático do Ministério das Relações Exteriores. Dessa forma, é sobre essas diretrizes que os novos governos democraticamente eleitos passam ao projetar o Brasil no exterior, sobretudo a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso, quando a estabilização econômica permitiu ao país ambicionar posições de liderança no Sistema Internacional, invariavelmente aproximando-se da Rússia, com esta, por sua vez, possuindo motivações eminentemente pragmáticas herdadas da chancelaria de Primakov. É nesse bojo que se dá a formulação da CIC e posteriormente dos BRICS. Com a ascensão de Bolsonaro, mesmo com este possuindo um discurso de radicalização política e alinhamento com os EUA de Donal Trump, as relações Brasil-Rússia são mantidas em patamares semelhantes aos das presidências anteriores, fato este permitido pelo pragmatismo institucional do Itamaraty, baseado nos preceitos constitucionais, aproximando-se da manutenção das relações com a URSS promovida por Castelo Branco quando da ruptura autoritária e do discurso anticomunista.

Nesse sentido, as capacidades materiais pouco variaram em relação ao tipo de produto exportado pelo Brasil quando da troca comercial com a URSS, mantendo-se o padrão de *commodities* agrícolas exportadas por bens industrializados que se formou já no Governo Costa e Silva, porém sem que houvesse a participação russa em projetos infraestruturais ou transferência de tecnologia como ocorrera no século XX. No século XXI, as relações comerciais

já estavam suficientemente maduras para que se acomodassem em uma dependência brasileira por insumos russos em relação ao fornecimento de fertilizantes necessários para o agronegócio, de forma que o programa de expansão comercial aprovada pelo Senado Brasileiro ainda em 2018 beneficiou sobretudo a agroexportação brasileira e a indústria química russa. Ademais com Bolsonaro, tal expansão se deu paulatinamente pelo aumento do *déficit*, diferenciando-se assim dos militares que mantiveram a balança comercial favorável ao Brasil.

Ao nível das instituições, o Governo Bolsonaro não apresentou nenhuma novidade nesta seara. Ao contrário dos militares, que não somente preservaram as instituições herdadas do momento político anterior à sua ascensão, mas também atuaram ativamente na remodelação e expansão das mesmas, Bolsonaro não expandiu o escopo da CIC, prevalecendo a atuação silenciosa e de difícil rastreabilidade das câmaras de comércio ligadas diretamente ao empresariado brasileiro. Tem-se, ademais, que em ambos os períodos as instituições estão fortemente associadas aos interesses materiais. Não obstante, os BRICS representam uma novidade associada às características do Bloco Histórico Pós-Guerra Fria de contestação do poder hegemônico. Entretanto, a atuação do acrônimo parece ter-se limitado às discussões de caráter geral, limitando-se também sua interação pela conjuntura pandêmica vivida durante o Governo Bolsonaro.

## CONCLUSÃO

Como concluir de forma satisfatória este trabalho que tratou de dois períodos distintos, mas, como visto, interligados da história do Brasil? A base teórica coxiana manifestada pela pergunta norteadora inicial fornece um caminho seguro para tanto. Dessa forma, pensando-se nas relações Brasil-Rússia no período da Ditadura Civil-Militar e no Governo Bolsonaro, parte-se para o fechamento da questão, guiando-se, sem deixar de sê-lo, pela estrutura seguida ao longo desta monografia.

Baseando-se nos Blocos Históricos, tanto a Ditadura Civil-Militar quando o Governo Bolsonaro são frutos evidentes de seus respectivos tempos e espaço em sua gênese: as contradições sociais que levaram ao surgimento de movimentos golpistas e autoritários de extrema-direita. Ademais, na medida que um novo Bloco Histórico, carrega consigo características do bloco anterior, a continuidade entre as delimitações temporais torna-se naturalmente fluida e interligada. Assim, contrastadas as ideias dos períodos analisados com suas práticas de Política Externa em relação a União Soviética e a Federação Rússia tem-se claramente dois aspectos: um fiel ao corpo de ideias inerentes ao contexto hegemônico no qual estão inseridas e outro relacionado com a construção histórica das relações bem como os interesses materiais delas advindos, manifestando-se pragmaticamente, formando com isso setores sociais com projetos distintos. No caso deste estudo, constatou-se um grupo associado ao alinhamento com a hegemonia estadunidense - quando da ascensão de Castelo Branco e posteriormente Ernesto Araújo - e outro, representante dos interesses econômicos manifestados no pragmatismo e em ideias específicas como o desenvolvimentismo e a agropolítica.

Assim, como visto, o anticomunismo inicialmente utilizado pelos militares como justificativa para a sua ascensão em acordância com a tônica da Guerra Fria de alinhamento hemisférico com os Estados Unidos não teve a força necessária para efetuar um novo rompimento das relações com a União Soviética, efetivamente rompendo-se apenas com Cuba, preservando do Governo Goulart o vetor de aproximação pragmática para o Bloco Oriental. Este, por sua vez, passava por um momento de reestruturação e reposicionamento perante o Ocidente, com Kruschev e seu sucessor Brejnev promovendo políticas modernizadoras, tendo em vista a expansão de capacidades e influência material da União Soviética.

A inspiração e apologia ao autoritarismo militar do Governo Bolsonaro, propunha-se, sobretudo na figura do chanceler Ernesto Araújo, emular a abordagem castelista de alinhamento com os Estados Unidos. Contudo, Araújo possuía uma visão mística de fé e nacionalismo amalgamados, atribuindo ao país norte-americano um papel de bastião de um modelo moral

civilizatório baseado na glorificação patriótica do passado, cabendo ao Brasil juntar-se a Trump na restauração da cultura, história e fé. Essa ideia, dadas as diretrizes estabelecidas da Política Externa, não obstruiu as relações com a Rússia, de modo que tal como a tônica de Goulart se manteve após 1964, o vetor diplomático após 2018 não se alterou expressivamente, sendo que permaneceu, com exceção do afastamento ocorrido nos anos 1990, essencialmente o mesmo desde o Período Militar. Observando-se, por exemplo, respostas semelhantes do Governo Brasileiro em relação à Invasão Soviética ao Afeganistão em 1979 ao conflito na Ucrânia em 2022, nas quais a neutralidade implicou na manutenção dos interesses comerciais, com a diferença que, sob a perspectiva da balança comercial, a resposta ao primeiro evento significou uma oportunidade ao Brasil enquanto ao segundo implicou apoio tácito à Rússia.

Ademais, os dois momentos aproximaram-se na dinâmica desenvolvida pelas capacidades materiais em relação à cesta de produtos exportados pelo Brasil, predominando mormente *commodities* agrícolas, ainda que no Período Militar um certo número de bens manufaturados fora enviado à URSS, porém em caráter limitado. Uma diferença, porém, está no teor da cesta de exportações russas. Ao passo que foi importado da URSS primeiramente produtos tal como petróleo e componentes hidrelétricos a Rússia exportou para o Brasil de Bolsonaro sobretudo bens necessários para a produção agrícola, demonstrando a ausência de uma agenda desenvolvimentista como principal fator diferenciador entre os períodos, de forma que, se entre 1964 e 1985 as ideias levam ao desenvolvimento e ampliação das capacidades materiais em um vetor favorável ao Brasil, a tendência demonstrada no Governo Bolsonaro aponta novamente para a influência das ideias, mas de modo a se inverter a dinâmica comercial, ampliando-se o déficit da balança comercial brasileira e tornando as relações economicamente vantajosas ao Kremlin em uma relação de dependência por fertilizantes.

Essa tônica diferenciadora também é percebida nas instituições, uma vez que o pragmatismo militar buscou preservar e expandir as instituições já existentes e instrumentalizar um processo de aproximação que se mostrou bem-sucedido, criando, na forma das representações comerciais, as entidades práticas pelas quais se dariam futuramente o contato institucional entre os dois países e o aumento da presença brasileira no Bloco Oriental. Bolsonaro, como visto, não introduziu nenhuma novidade nos termos institucionais, herdando-os somente dos governos anteriores. De fato, a principal diferença configurou-se na existência do BRICS como meio de contestação hegemônica, projeto que paulatinamente foi sendo deixado de lado pelo abandono da condução da Política Externa culminado com Bolsonaro, com este reorientando a prática diplomática em prol de um grupo de interesse específico.

Por fim, mais do que responder aos pontos comuns e de diferenciação da Política Externa dos militares com a União Soviética e a Política Externa de Bolsonaro com a Rússia, a Teoria Crítica adotada como norteador teórico deste trabalho permite transcender as limitações que esta pergunta impõe e identificar “*cui bono*”. Dessa forma, dadas as ideias, capacidades materiais e instituições, juntamente com os contextos dos Blocos Históricos envolvidos, conclui-se que não é pela benevolência russa ou voluntarismo brasileiro que os dois países se relacionam, mas sim pelos interesses inerentes de suas economias e das elites à elas associadas.

## REFERÊNCIAS

AFP. Em conversa com Bolsonaro, Putin garante fornecimento de fertilizantes [...]. **Exame**, [s. l.], 28 jun. 2022. Material traduzido do original de AFP. Disponível em: <https://exame.com/brasil/em-conversa-com-bolsonaro-putin-garante-fornecimento-de-fertilizantes/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

AMÂNCIO, Thiago. Diante de Rússia e EUA, chanceler do Brasil condena abusos ‘de todas as partes’ na Ucrânia. **Folha de São Paulo**, [s. l.], 22 set. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/09/diante-de-russia-e-eua-chanceler-do-brasil-condena-abusos-por-todas-as-partes-na-ucrania.shtml>. Acesso em: 27 jan 2024.

ANTONIO Delfim Netto. **Folha de São Paulo**, [s. l.], c2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/delfimNetto.html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. Trump e o Ocidente. **Cadernos de Política Exterior**: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília, v. 3, n. 6, p. 323-357, 2. sem. 2017. Semestral. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-92>. Acesso em: 17 jan. 2024.

ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. Discurso do Embaixador Ernesto Araújo na cerimônia de posse como Ministro das Relações Exteriores, em Brasília *In*: CERIMÔNIA DE POSSE MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019, Brasília. Brasília: **Fundação Alexandre de Gusmão**, 2 jan. 2019a. Transcrição de discurso. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/15q\\_TwFebmE1sNk1vhGSgeVeQFrILE\\_Ij/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/15q_TwFebmE1sNk1vhGSgeVeQFrILE_Ij/view?usp=sharing). Acesso em: 25 jan. 2024.

ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo no Seminário da Fundação Alexandre de Gusmão sobre Globalismo *In*: SEMINÁRIO DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO SOBRE GLOBALISMO, 2019, Brasília. Brasília: **Fundação Alexandre de Gusmão**, 10 jun. 2019b. Transcrição de discurso. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/15q\\_TwFebmE1sNk1vhGSgeVeQFrILE\\_Ij/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/15q_TwFebmE1sNk1vhGSgeVeQFrILE_Ij/view?usp=sharing). Acesso em: 23 fev. 2024.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BASTOS, Luana Paris. **O Brasil representado por Ernesto Araújo [...]**. São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais, 2022. Dissertação. Núcleo de pesquisa da USP. Disponível em: [https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/81842/ssoar-2022-paris\\_bastos-O\\_Brasil\\_representado\\_por\\_Ernesto.pdf?sequence=1&lnkname=ssoar-2022-paris\\_bastos-O\\_Brasil\\_representado\\_por\\_Ernesto.pdf](https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/81842/ssoar-2022-paris_bastos-O_Brasil_representado_por_Ernesto.pdf?sequence=1&lnkname=ssoar-2022-paris_bastos-O_Brasil_representado_por_Ernesto.pdf). Acesso em 10 fev. 2024.

BERALDO, Paulo. Vladimir Putin parabeniza Jair Bolsonaro pela vitória nas eleições [...]. **Estadão**, [s. l.], 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/vladimir-putin-parabeniza-jair-bolsonaro-pela-vitoria-nas-eleicoes/>. Acesso em: 7 mar 2024.

BERRINGER, Tatiana *et al.* Distensão, Assimetrias e Oportunidades Perdidas: Relações Brasil-China no Governo Bolsonaro *In*: SOUSA, A. T. L. M.; AZZI, D. A.; RODRIGUES, G. M. A. (org.). **Política Externa Brasileira em tempos de isolamento diplomático**. Rio de Janeiro: Telha, 2022. p. 131-148. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/362426731\\_Distensao\\_assimetrias\\_e\\_oportunidades\\_perdidas\\_relacoes\\_Brasil-China\\_no\\_governo\\_Bolsonaro#pf84](https://www.researchgate.net/publication/362426731_Distensao_assimetrias_e_oportunidades_perdidas_relacoes_Brasil-China_no_governo_Bolsonaro#pf84). Acesso em 2 mar. 2024.

BOURSCHEID, Junior Ivan. Hegemonia e Ordem Mundial Pós-Guerra Fria: Uma análise coxiana das Relações Internacionais. **CSONline**: Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, ano 8, n. 18, set./dez. 2014. Revista da UFJF. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17343>. Acesso em: 20 set. 2024

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto Legislativo nº 71, de 16 de abril de 1981**.

Brasília: Câmara dos Deputados, 27 nov. 1981. Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas [...]. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1980-1987/decretolegislativo-71-26-novembro-1981-361297-acordo-1-pl.html>. Acesso em: 8 mai. 2024.

BRASIL. Conselho de Ministros. **Decreto nº 1.880, de 14 de dezembro de 1962**. Cria o Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental -

COLESTE [...]. Brasília: Câmara dos Deputados, 17 dez. 1962. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-1880-14-dezembro-1962-537611-publicacaooriginal-30141-pe.html>. Acesso em 8 mai. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Federação Russa**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 27 fev. 2024a. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-](https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/federacao-da-russia)

[br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/federacao-da-russia](https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/federacao-da-russia). Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota à Imprensa nº 1/2020**. Acontecimentos no Iraque e luta contra o terrorismo. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 03 nov.

2020. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/acontecimentos-no-iraque-e-luta-contr-o-terrorismo](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/acontecimentos-no-iraque-e-luta-contr-o-terrorismo). Acesso em: 5 fev. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota à Imprensa nº 24**. Comunicado Conjunto do Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e do Presidente da

Federação da Rússia, Vladimir Putin. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 16 fev.

2022a. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-do-presidente-da-republica-federativa-do-brasil-jair-messias-bolsonaro-e-do-presidente-da-federacao-da-russia-vladimir-putin-1](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-do-presidente-da-republica-federativa-do-brasil-jair-messias-bolsonaro-e-do-presidente-da-federacao-da-russia-vladimir-putin-1). Acesso em: 2 mar. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota à Imprensa nº 84**. Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica (CIC).

Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 29 mar. 2024b. Disponível em:

[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-da-comissao-intergovernamental-brasil-russia-de-cooperacao-economica-cientifica-e-tecnologica-cic](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-da-comissao-intergovernamental-brasil-russia-de-cooperacao-economica-cientifica-e-tecnologica-cic). Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota à Imprensa nº 159**. Visita a Moscou do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores – 29 e 30 de novembro de 2021. Brasília:

Ministério das Relações Exteriores, 26 nov. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-a-moscou-do-senhor-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-2013-29-e-30-de-novembro-de-2021](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-a-moscou-do-senhor-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-2013-29-e-30-de-novembro-de-2021). Acesso em: 3 mar 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Comex Stat. **General Exports and Imports: 2008-2022**. [S. l.], c2024c. Base de dados. Disponível em em: <http://comexstat.mdic.gov.br/en/geral>. Acesso em: 1 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Comex Stat. **General Exports and Imports: 2022-2022**. [S. l.], c2024d. Base de dados. Disponível em em: <http://comexstat.mdic.gov.br/en/geral>. Acesso em: 1 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais [...]. Brasília: Presidência da República, 13 dez. 1968a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em: 2 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 24 de novembro de 1994**. Dispõe sobre a extinção da Comissão de Comércio com a Europa Oriental-Coleste e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 25 nov. 1994. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/dnn/anterior\\_a\\_2000/1994/Dnn2681.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior_a_2000/1994/Dnn2681.htm). Acesso em: 27 jul 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 62.225, de 5 de fevereiro de 1968**. Reestrutura o Grupo de Coordenação de Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental - COLESTE [...]. Brasília: Câmara dos Deputados, 6 fev. 1968b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62225-5-fevereiro-1968-403480-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 71.509, de 7 de dezembro de 1972**. Dispõe sobre a Comissão de Comércio com a Europa Oriental - COLESTE. Brasília: Presidência da República, 11 dez. 1972. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D71509.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D71509.htm). Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 79.659, de 4 de maio de 1977**. Dispõe sobre a Comissão de Comércio com a Europa Oriental - COLESTE. Brasília: Presidência da República, 5 maio 1977. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/d79650.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d79650.htm). Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. Presidente da República. **Decreto nº 84.254, de 3 dezembro de 1979**. Altera a composição da Comissão de Comércio com a Europa Oriental (COLESTE). Brasília: Câmara dos Deputados, 4 dez. 1979. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84254-3-dezembro-1979-433671-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Presidente Jair Bolsonaro embarca em visita oficial à Rússia**: Entre os temas que serão tratados estão energia, defesa e agricultura. Brasília: Presidência da República, 14 fev. 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2022/02/presidente-jair-bolsonaro-embarca-em-visita-oficial-a-russia>. Acesso em: 3 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Presidente Jair Bolsonaro já está em Moscou para visita oficial à Rússia**: O Presidente Jair Bolsonaro se reúne com o Presidente russo, Vladimir Putin [...]. Brasília: Presidência da República, 31 out. 2022c. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2022/02/presidente-jair-bolsonaro-ja-esta-em-moscou-para-visita-oficial-a-russia>. Acesso em: 3 mar. 2024.

BRASIL. Senado Federal. Agência Senado. **Senadores lamentam ataque da Rússia à Ucrânia**. Brasília: Agência Senado, 24 fev. 2022d. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/02/24/senadores-lamentam-ataque-da-russia-a-ucrania>. Acesso em: 27 fev. 2024.

BRASIL. Senado Federal. Agência Senado. **BRICS**. Brasília: Agência Senado, 2022e. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bric>. Acesso em: 9 set. 2024.

BRASIL e Rússia fortalecem cooperação durante reunião de Comissão Intergovernamental [...]. **Agência Gov**, 28 fev. 2024e. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202402/brasil-e-russia-fortalecem-cooperacao-durante-reuniao-de-comissao-intergovernamental>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRICS. **History of BRICS**. [S. l.], c2023. Disponível em: <https://infobrics.org/page/history-of-brics/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRYANSKI, Gleb; FAULCONBRIDGE, Guy. BRIC demands more clout, steers clear of dollar talk. **Reuters**, Ecaterimburgo, 16 June 2009. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/marketsNews/idUSL67435120090616/>. Acesso em: 17 fev. 2024.

CASARÕES, Guilherme. O Brasil nas ruas e longe do mundo: como a crise político-econômica levou ao colapso da política externa brasileira. **Aisthesis**: Revista Chilena de Investigaciones Estéticas, [s. l.], n. 70, p. 439-473, dez. 2021. Revista do Instituto de Estética da Pontificia Universidad Católica de Chile. Disponível em: <https://revistaaiesthesia.uc.cl/index.php/RAIT/article/view/43515>. Acesso em: 8 jan. 2024.

CATERINA, Gianfranco. Expectativas promissoras: comércio e perspectivas de cooperação bilateral nas relações Brasil–União Soviética (1964-1967). **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 76-93, out. 2018. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/773>. Acesso em: 14 jun. 2024.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora da Unb, 2002. (Coleção O Brasil e o Mundo).

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **O desafio internacional**: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília, Ed. da UnB, 1994.

COHEN, Benjamin Jerry. **International Political Economy**: An Intellectual History. Princeton: Princeton University Press, 2008.

CÔRTEZ, Octávio Henrique Dias Garcia. **A Política Externa do Governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

COX, Robert Warburton. **Production, Power, and World Order: Social Forces in the Making of History.** New York: Columbia University Press, 1987. (Power and Production, v. 1).

COX, Robert Warburton; SINCLAIR, Timothy J. **Approaches to World Order.** New York: Cambridge University Press, 1996.

DANTAS, Dimitrius. Em meio a conflito, Bolsonaro celebra importação de fertilizantes [...]. **O Globo**, [s. l.], 12 mar. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/em-meio-conflito-bolsonaro-celebra-importacao-de-fertilizantes-esta-tudo-bem-entre-nos-a-russia-25430138>. Acesso em: 5 mar. 2024.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **O Idiota.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DUMA speaker to lead Russian delegation to president's inauguration ceremony in Brazil: The inauguration ceremony of Brazil's President-elect Jair Bolsonaro will take place on January 1. **Tass:** Russian News Agency, [s. l.], 30 Dec. 2018. Disponível em: <https://tass.com/politics/1038670>. Acesso em: 20 fev. 2024.

EDUARDO Bolsonaro sobre Olavo de Carvalho: "É nossa referência filosófica", [s. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (3 minutos) Publicado pelo canal do YouTube da Rede TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ITdPd-P9TBs>. Acesso em: 13 fev 2024.

FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques. A ruína do consenso: a política exterior do brasil no governo figueiredo (de 1979 a 1985). *Revista Brasileira de Política Internacional*, [s. l.], v. 49, n. 2, p. 119-136, dez. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/GH43s8tZQLTqkDNGZZ65tzL/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2024.

FINDBRAZIL. Rússia e Brasil querem aumentar o comércio bilateral. **FindBrazil**, [s. l.], 6. dez. 2019. Disponível em: <https://www.findbrazil.org/2019/12/russia-e-brasil-querem-aumentar-o-comercio-bilateral/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

FIQUEM SABENDO. Embaixador em Moscou teve 41 reuniões com empresas de fertilizantes. **Fiquem Sabendo**, [s. l.], 10 mar. 2023. Disponível em: <https://fiquemsabendo.com.br/transparencia/embaixador-em-moscou-teve-41-reunioes-com-empresas-de-fertilizantes-telegramas-estao-em-sigilo-ate-2027/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

GARRET, Gilson Jr. Guerra na Ucrânia: 65% dos brasileiros concordam com neutralidade do país [...]. **Exame**, [s. l.], 8 mar. 2022. Disponível em: <https://exame.com/brasil/guerra-na-ucrania-65-dos-brasileiros-concordam-com-neutralidade-do-pais/>. Acesso em: 1 mar. 2023.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos: O Breve Século XX, 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, E. J. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HURRELL, Andrew James. **The Quest for Autonomy: The evolution of Brazil's role in the International System, 1964 - 1985**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

KHALIL, Suhayla; ALVES, Vágner Camilo. Ideias e Política Externa: as relações do Brasil com o Terceiro Mundo durante o Governo Castelo Branco. **Contexto Internacional**, [s. l.], v. 36, n. 2, p. 683-708, dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292014000200012>. Acesso em: 20 abr. 2024.

LÖWY, Michael. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. **A Terra é Redonda: eppur si muove...**, [s. l.], 24 out. 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MARTYNOV, Boris F. Os BRIC e a ordem mundial em degradação *In*: ZHEBIT, Alexander (org.). **Brasil-Rússia: história, política, cultura**. Rio de Janeiro: Gramma, 2009. p. 83-104. (Série BRIC).

MÁXIMO, Wellton. Presidentes da Rússia e da China pedem diminuição do protecionismo: Países do Brics querem ampliar integração entre economias emergentes. **Agência Brasil**, Brasília, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-11/presidentes-da-russia-e-da-china-pedem-diminuicao-de-protecionismo>. Acesso em: 19 fev. 2024.

MILLER, Nicola. **Soviet Relations with Latin America: 1959-1987**. New York: Cambridge University Press, 1989.

MORAES, H. C.; RICHE, F. E.; UZIEL, E.. Entre direito e política externa: elementos para a interpretação do art. 4.º da constituição. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, [s. l.], v. 99, n. 4, p. 95-120, fev. 2017. Disponível em: [https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/RDConsInter\\_n.97.04.PDF](https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDConsInter_n.97.04.PDF). Acesso em: 11 fev. 2024.

OLIVEIRA, Eliane. Itamaraty impõe sigilo de cinco anos a telegramas e documentos sobre viagem de Bolsonaro à Rússia [...]. **O Globo**, [s. l.], 19 abr. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/itamaraty-impoe-sigilo-de-cinco-anos-telegramas-documentos-sobre-viagem-de-bolsonaro-russia-1-25480921>. Acesso em: 7 mar. 2024.

OLIVEIRA, Eliane; VARGAS, Ivan Martinez. Rússia pede suspensão de exportações de fertilizantes [...]. **O Globo**, [s. l.], 9 mar. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/macroeconomia/russia-pede-suspensao-de-exportacoes-de-fertilizantes-25419210>. Acesso em: 26 fev. 2024.

PSL. **O caminho da Prosperidade: proposta de plano de governo**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2018. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\\_1534284632231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf). Acesso em: 20 jan. 2024.

RAZUMOVSKY, Dmitry. Brazil and BRICS: Changing Priorities. **Valdai**: Discussion Club, [s. l.], 31 jul. 2019. Disponível em: [https://valdaiclub.com/a/highlights/brazil-and-brics-changing-priorities/?sphrase\\_id=1692162](https://valdaiclub.com/a/highlights/brazil-and-brics-changing-priorities/?sphrase_id=1692162). Acesso em: 27 jan. 2024.

**ROBERT COX Obituary**. [s. l.] The Globe and Mail, 17 Oct. 2018. Disponível em: <https://www.legacy.com/ca/obituaries/theglobeandmail/name/robert-cox-obituary?id=41333951>. Acesso em: 4 abr. 2024.

RÚSSIA. Presidência da Rússia. **Zayavlenaya dlya pressy po itogam rossiysko-brazilskih peregovorov**. Moskva: Prezident Rossii, 16 fev. 2022. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/events/president/news/67789>. Acesso em: 10 jan. 2024.

RÚSSIA. Presidência da Rússia. **Vstretcha liderov BRICS**. Brazilia: Prezident Rossii, 14 nov. 2019. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/62045>. Acesso em: 19 fev 2024.

SARAIVA, Miriam Gomes.; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, [s. l.], n. 64, p. 117-137, dez. 2019. Revista do Instituto Português de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <https://doi.org/10.23906/ri2019.64a08>. Acesso em: 8 jan. 2024.

SECCO, Lincoln. O Bolsonarismo no Brasil. **Relações Internacionais**, [s. l.], n. 73, p. 41-52, mar. 2022. Revista do Instituto Português de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: [https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/RI73/RI73\\_art04\\_LS.pdf](https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/RI73/RI73_art04_LS.pdf). Acesso em: 17 jan. 2024.

SEGRILLO, Angelo. A Política Externa Russa Pós-Guerra Fria em Relação ao Ocidente: Uma leitura Histórica. In: PECEQUILO, Cristina. **A Rússia. Desafios Presentes e Futuros**. Curitiba: Juruá, 2011. cap. 2, p. 57-72.

SEGRILLO, Angelo. **De Gorbachev a Putin**: A Saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo. Curitiba: Prismas, 2014.

SEGRILLO, Angelo. **Os Russos**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. (Coleção Povos e Civilizações).

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. A cooperação argentino-brasileira: significados e perspectivas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 18, p. 107-126, ago. 1989. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ln/n18/a08n18.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ln/n18/a08n18.pdf). Acesso em: 23 maio 2024.

SILVEIRA, Pablo Guimarães Bandeira da. As Relações Bilaterais Brasil-Rússia Pós-USSR: Sucessos, Obstáculos e Potencialidades. **Cadernos do Cáucaso**, Rio de Janeiro, ano 4, v. 4, n. 6. p. 31-64, jan. 2021. Disponível em: [https://www.gppi-ufrj.com/\\_files/ugd/cab433\\_05b953c4b9b14316a540fdd2e19162b7.pdf#page=5](https://www.gppi-ufrj.com/_files/ugd/cab433_05b953c4b9b14316a540fdd2e19162b7.pdf#page=5). Acesso em 10 ago. 2024.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Castelo a Tancredo** (1964 - 1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SOARES, Guido Fernando Silva. Contratos internacionais e comércio exterior com a URSS. **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, v. 70, p. 211-244, jan. 1975. Revista da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66761>. Acesso em: 7 jun 2024.

SOARES, A. G.; SIMÕES, C. L. S.; ROMERO, T. G. Crises Econômicas, Ascensão da Extrema Direita e a Relativização dos Direitos Humanos. **Revista Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 28, p. 193-223, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/14194>. Acesso em: 14 abr. 2024.

SOUSA, Danilo Rogerio de. A Nova Geopolítica Russa e o Eurasianismo. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 3, n. 2, p. 61-70, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/49/48>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SOUZA, A. H. G.; CASTRO, M. C. A.; FARIA, J. C. A hegemonia agropolítica no governo Bolsonaro: O Latifúndio como formulador e condutor da PEB do “Agro é pop”. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, [s. l.], v. 10, n. 20, p. 156–182, ago. 2023. Revista da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ricri/article/view/66447>. Acesso em: 1 fev. 2024.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 191-222, dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/QYSn8t6CDB9GKtmWFwJznTP/?lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2024.

SILVA, André Luiz da; ILIKOVA, Lilia. A Política Externa Russa e suas relações com a América Latina e o Brasil. **Iberoamérica**, [s. l.], n. 4, p. 70-91, 2022. Institute of Latin American Studies of the Russian Academy of Sciences. Disponível em: [https://iberoamericajournal.ru/sites/default/files/2022/4/4\\_da\\_silva\\_e\\_ilikova.pdf](https://iberoamericajournal.ru/sites/default/files/2022/4/4_da_silva_e_ilikova.pdf). Acesso em: 20 jan. 2024.

VAZ, Alexandre Fernandez; GARCIA, Gabriel. O ocidentalismo fantástico do chanceler: uma análise indiciária das influências no pensamento globalista de Ernesto Araújo. **Em Tese**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 87-118, 29 set. 2021. Revista da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/77876>. Acesso em: 4 fev. 2024.

VETTORAZZO, Lucas. Antes da guerra, a Rússia prometeu a Bolsonaro mais fertilizante para o agro [...]. **Veja**, [s. l.], 3 mar. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/antes-da-guerra-russia-prometeu-a-bolsonaro-mais-fertilizante-para-o-agro>. Acesso em: 2 out. 2024.

- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **A Política Externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1968-1985)**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. (Relações Internacionais e Integração).
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **História do Século XX**. 2. ed. Porto Alegre: Novo Século, 2000.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Relações Brasil-URSS/Rússia: superando a geografia e os preconceitos *In*: ZHEBIT, Alexander (org.). **Brasil-Rússia: história, política, cultura**. Rio de Janeiro: Gramma, 2009. p. 67-80. (BRIC).
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. (Histórias do Povo Brasileiro).
- WIIRA, Nayara de Oliveira. Notas sobre as Relações entre Brasil e Rússia na Era Putin e perspectivas para o governo de Jair Bolsonaro. 18 nov. 2019 *In*: FÓRUM DE ANÁLISE DE CONJUNTURA: "OS NOVOS RUMOS DO BRASIL E DA AMÉRICA LATINA", 19., 2019, Marília. Marília: UNESP, 2019. Trabalho apresentado. Disponível em: <http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/20191219164114.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2023.
- ZABOLOTSKY, Boris Perius. Brazil and Russia: What Can Russia Expect from the New Government of Lula da Silva. **Valdai**: Discussion Club, [s. l.], 7 nov. 2022. Disponível em: [https://valdaiclub.com/a/highlights/brazil-and-russia-what-can-russia-expect-from/?sphrase\\_id=1682421](https://valdaiclub.com/a/highlights/brazil-and-russia-what-can-russia-expect-from/?sphrase_id=1682421). Acesso em: 10 mar. 2024.
- ZHEBIT, Alexander. Sobre a história da política externa da Rússia: o paradigma de Primakov. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 20, p. 421-445, maio/ago, 24 jun. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v20n41/2237-101X-topoi-20-41-0421.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.